



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JANEIRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

O Plenário procedeu ao debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 19 e 20/XI/3.ª/2021 – Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e da leitura do parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Adilson Managem (ADI).

No debate, intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e dos Srs.

Ministros do Planeamento Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz) e do Secretário de Estado para a Comunicação Social (Adelino Lucas), que responderam às questões, os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), António Barros (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Beatriz Azevedo (MCI) e Adilson Vaz (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos **Vila Nova**
Celmira de Almeida **Sacramento**
Esmael da **Glória** do Espírito Santo
Idalécio Augusto **Quaresma**
Joaquim **Salvador** Afonso
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Paulo Jorge **Carvalho**
Policarpo Viegas d'Oliveira **Freitas**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre Moreno **Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos **Reis Vaz**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Ayza Fortes da **Silva**
Danilo das Neves **dos Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Izalde Lopes do Sacramento **Rita**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
José Rui Tavares Cardoso
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Ketty-Keyla Neto da **Silva Borges**
Leonilda Maria Trovoada de A. Pires **dos Santos**
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Maria das **Neves** Ceita Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Óscar **Cosme** da **Conceição** **Gina** da **Silva**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**

Jamiel Joana Segunda
 Movimento de Cidadãos Independentes
António dos Reis Faleiro
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, confirma-se a presença de 49 Deputados na Sala.

Tratando-se de uma sessão especial, com ponto único da ordem do dia, peço ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a apresentação do ponto e de seguida convidar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, para ocuparem os devidos lugares.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sras. Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia, muito bom dia.

Em 30 de Dezembro, a Conferência de Líderes fixou a agenda desta reunião plenária. Tratando-se do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021, foi apenas fixado um ponto da ordem do dia, que é a análise na generalidade. Como prevê o Regimento, está previsto para dois dias, com início, hoje, dia 8, e com o término no dia 11, que será na Segunda-feira, como manda o Regimento. Não está previsto o período de antes da ordem do dia, apenas a discussão na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2021.

O Sr. **Presidente**: — Para a informação do público, estamos a transmitir em directo, pelo que convidaria de novo o Sr. Secretário, para fazer a leitura do artigo 209.º, para esclarecer a opinião pública sobre os nossos trabalhos de hoje e, provavelmente, na Segunda-feira.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, sobre o debate na generalidade, aliás antes, desde a apresentação das propostas do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 2021, que estão afixadas no Regimento, nos artigos 205.º a 212.º, fizemos referência aquando da distribuição das convocatórias, um pouco para situar as Sras. e os Srs. Deputados. Desde o início da votação e discussão na generalidade até a votação final global, passando, naturalmente, pelas comissões competentes. Como está afixado para hoje o debate na generalidade, eu passaria à apresentação dos artigos que fazem referência ao debate na generalidade e à votação. Trata-se do artigo 209.º, a epígrafe debate na generalidade:

«1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.º.

2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

4. Durante o debate, as reuniões não têm o período de antes da ordem do dia.» Eu já tinha feito referência na apresentação da agenda dos trabalhos para hoje.

Artigo 210.º, votação na generalidade: «No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.»

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caríssimos membros do Governo, é esta a agenda para hoje, na generalidade, e devemos seguir os artigos 209.º e 210.º. Outras fases serão *a posteriori* e podemos anunciá-las na próxima reunião plenária, ou seja, na Segunda-feira.

O Sr. **Presidente**: — Feitos os devidos esclarecimentos sobre os nossos trabalhos de hoje, como irão decorrer, de acordo com o previsto no Regimento, no número 2 do artigo 209.º «O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.», neste caso o Sr. Primeiro-Ministro, a quem gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar. Gostaria de cumprimentar, de igual modo, todo o seu elenco.

Sem mais delongas, gostaria de convidar Vossa Excelência, para fazer uma intervenção que dá início ao debate, na generalidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Digníssimas Sras. e Srs. Deputados da augusta Assembleia, Sras. e Srs. Membros do XVII Governo Constitucional, minhas senhoras e meus senhores, Excelências: «Estando na aurora do novo ano, cumpre-me começar por saudar efusivamente o povo de São Tomé e Príncipe, aqui representado pelas Sras. e Srs. Deputados da Nação, e aproveito o ensejo para formular votos de novas perspectivas de desenvolvimento social e económico para o nosso santo e bem-dito arquipélago.

Por conseguinte, neste momento crucial da nossa história colectiva, pela função proeminente que ocupo, é imbuído de profundo sentimento de responsabilidade, abnegação e humildade que compareço diante do escrutínio de Vossas Excelências, para apresentar o terceiro e penúltimo Orçamento Geral do Estado e Grandes Opções do Plano, dando corpo ao cumprimento do Programa do Governo aprovado nesta Casa Parlamentar, em 17 de Dezembro de 2018, para uma legislatura de 4 anos.

Certamente alguns cidadãos curiosos e mais atentos ao Regimento parlamentar quererão saber por que razão tão tardiamente o Governo remeteu o OGE e as GOP 2021 à Assembleia Nacional, para análise, discussão e aprovação, só em Janeiro. Não nos esqueçamos que a economia são-tomense está sob transfusão financeira e amarrada ao acordo de 3 anos com o FMI, que monitoriza as metas fixadas, numa aturada avaliação periódica dos indicadores, após renhidas discussões, através de videoconferência, imperativo de alinhamento prévio dos dados, para evitar rectificações posteriores. Estamos a pagar o preço da desconfiança pelas derrapagens do passado.

Excelências, Sras. e Srs. Deputados, é certo que o OGE são números, mas atrás dos números estão as pessoas, os são-tomenses, cujas vidas temos o dever de melhorar.

Todavia, na Conferência de Cairo, em 2019, concluiu-se que a população não é somente contar pessoas, mas garantir que cada pessoa conta, e ninguém pode ser deixado para trás. Este é o compromisso sagrado deste Programa de Governo e deste Orçamento de 2021, em apreço: população, bem-estar e desenvolvimento.

Sem querer maçar-vos, tenho a plena consciência de onde viemos, como viemos, onde estamos e para onde vamos. Começamos a governação no dia 3 de Dezembro de 2018, na escuridão, com a falta de recursos para pagar salários, um défice orçamental primário de 2%, contra o objectivo programado de 1%, reservas internacionais líquidas, cobrindo apenas menos 3 meses de importação, para um crescimento do PIB de 2.7%, inferior ao crescimento de 3.9% registado em 2017. De igual modo, lembro-me ter caracterizado 2019 como ano para esquecer. Ano económico que serviu apenas de muro de contenção da erosão macroeconómica, com um orçamento publicado na segunda quinzena de Abril e execução a aproximadamente 8 meses, dificuldades na compra de combustível, e o acordo rubricado com o parceiro mais importante, o FMI, que abre todas as portas, em Outubro daquele ano, faltando 3 meses para o findar. Depois de todas essas vicissitudes e sufoco, o ano de 2020, que parecia ser de todas as expectativas, esfumou-se. Transformou-se no ano das desilusões, com o advento da pandemia Covid-19, as restrições e as consequências imprevisíveis do seu impacto, ao nível sanitário, socioeconómico, cultural e financeiro.

Felizmente, para São Tomé e Príncipe, o pior foi evitado, sem excessiva perda de vidas humanas, como ainda acontece noutras paragens.

Porque as nossas memórias ainda estão frescas e carregadas de traumas da pandemia Covid-19, vou poupar-vos na narrativa, desde Março de 2020, ou seja, os vários estados de emergência, calamidade e alerta, os comités de crise, reunião de alto nível, no Palácio, Conselho de Ministros, presidido pelo Presidente da República, as missões técnicas da OMS, China, Portugal, Cuba, as campanhas de solidariedade e generosidade da comunidade internacional, cooperações bilaterais, filantropos, as ONG, sociedade civil, diáspora, planos de mitigação do impacto da pandemia e plano de retoma económica, a instalação de laboratório de referência, pessoal da Saúde e instituições da linha da frente, concertação entre os vários órgãos de soberania, unidos numa frente comum da acção anti-Covid-19. Em suma, uma longa história de resiliência, da aprendizagem, de superação de obstáculos e de geração de sinergias, o que permitiu uma transição satisfatória da quadra festiva do Natal e Ano Novo.

Os relatórios financeiros remetidos à Assembleia Nacional, decorrentes da Lei de Flexibilização Orçamental e o Orçamento Rectificativo de finais de Julho transacto espelham receitas particularmente os tão propalados 12.5 milhões de dólares do Banco Mundial e despesas extraordinárias, com os trabalhadores em *lay-off* e distribuição de cabazes, cerca de 30 000.

Excelências, Sras. e Srs. Deputados, não obstante a acuidade e a imprevisibilidade desta crise pandémica que abalou os alicerces da economia mundial, atentou contra os sistemas de saúde mais sólidos, provocando mais de 1 milhão de mortos em todo o mundo, incluindo São Tomé e Príncipe, importa reconhecer que esta crise é também uma oportunidade de refundação de paradigmas dos sistemas, das estratégias, dos valores, das práticas, das atitudes, comportamentos e verdades tradicionalmente aceites. Os desafios presentes, num contexto difícil e as perspectivas de um futuro melhor exigem deste Governo medidas corajosas de rotura, para reverter a situação a curto e médio prazo, colocando políticas de combate à pobreza e à corrupção no centro das nossas preocupações.

A consolidação da democracia e atracção de investimento só são possíveis com uma Justiça eficaz e eficiente e célere. Daí a urgência da sua modernização, cujo plano elaborado está orçado em mais de 3 milhões de dólares, metade dos quais já garantidos pelo PNUD. Com efeito, para o cumprimento desse desiderato, necessário se torna garantir o crescimento económico e distribuir riqueza de maneira mais equitativa. Assim, para fazer face a todos esses investimentos, é necessário um crescimento sustentado e continuado do PIB, baseado em políticas públicas que promovam os investimentos públicos geradores de emprego digno de maneira sustentável.

Quanto ao emprego e investimento no capital humano, foram recrutados, no ano passado, cerca de 40 profissionais da Saúde, entre médicos e enfermeiros, sem esquecer a vinda da missão médica cubana, que

ainda se encontra entre nós, e mais de 1 200 professores foram recrutados também para garantir o regime triplo, o distanciamento social e o menor rácio professor-aluno, por turma.

A atracção do capital privado, quer nacional, quer estrangeiro, se afigura prioridade deste Executivo. Por conseguinte, este Orçamento projecta um crescimento económico de 5%, alicerçado na disponibilidade de fundos de apoio ao sector privado, a construção, reabilitação da Estrada Nacional n.º 1, que vai iniciar já na próxima semana, construção das casas sociais, entrada em funcionamento da fábrica de Água Bom Sucesso, entre outros.

O OGE apresentado está estimado em Dbs. 3 655 123 000 00 (três mil milhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil dobras), correspondente a 166 milhões de dólares americanos. Neste Orçamento, as receitas correntes ascendem a 1. 710 milhões de dobras, correspondente a 78 milhões de dólares americanos, sendo de destacar que as receitas fiscais estão estimadas em 1 433 milhões de dobras, equivalentes a 65 milhões de dólares, o que corresponde a 14.9% do PIB.

Importa também destacar os três principais itens das receitas fiscais, nomeadamente: o IRS, 358 milhões de dobras, correspondentes a 16 milhões de dólares; o imposto sobre importação 611 milhões de dobras, equivalente a 28 milhões de dólares; e imposto sobre consumo, avaliado em 243 milhões de dobras, equivalente a 11 milhões de dólares.

Relativamente, aos donativos, eles estão estimados em 1. 625 milhões de dobras, o correspondente a 74 milhões de dólares e representa 16.9 % do PIB, sendo Dbs. 1. 171 milhões de dobras, o que corresponde a 53 milhões de dólares, correspondente aos donativos para projectos.

No que concerne às despesas, as despesas primárias estão fixadas em 2.069 milhões de dobras, o que corresponde a 94 milhões de dólares americanos e representa 21.5% do PIB, onde se destacam as despesas com pessoal e representa 55.4% das despesas primárias, orçadas em 1.146 milhões de dobras, cerca de 52 milhões de dólares, equivalente a 11.9% do PIB.

As transferências correntes, fixadas em 388 milhões de dobras, portanto 18 milhões de dólares, enquanto que as despesas com a aquisição de bens e serviços estão fixadas em 268 milhões de dobras, equivalente a 12 milhões de dólares.

Ao nível das despesas de investimento, elas estão fixadas em 1.335 milhões de dobras, correspondentes a 61 milhões de dólares e representam 13.9% do PIB, financiado na sua maioria com o financiamento externo, em cerca de 95.9%, financiamento com donativos, correspondentes a 87.7%, enquanto que, com créditos corresponde a 8.2%, cabendo os recursos internos financiarem os restantes 4.1%, como complemento e contrapartida.

Importa realçar que, na distribuição das despesas dos investimentos públicos por órgãos, observa-se: 27.8% para o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, com maior fatia, mas é necessário enfatizar-se aqui que, em termos de infra-estruturação do País, trata-se de um investimento transversal, que vai cobrir todas as áreas, desde a saúde até todo o resto; 13% para o Ministério da Saúde, como não podia deixar de ser; 9.4% para o Ministério da Educação e Ensino Superior; 7.9% para o Ministério da Agricultura e Pescas, e o resto se seguirá por esta ordem decrescente. É preciso notar que na distribuição do PIB, quanto à localização geográfica, 62.9% é de âmbito nacional, o que demonstra a transversalidade da afectação. Espera-se no final de 2021 um défice primário de 3.9 do PIB estimado.

Reconhecendo o ingente desafio da pobreza, agravado pelo impacto da pandemia Covid-19, com o apoio financeiro dos parceiros do Banco Mundial, o Programa Famílias Vulneráveis consumiu, em 2020, mais de 1, 2 milhão de dólares, num universo de 2 640 famílias. Importa aqui frisar que há perspectivas deste programa ser alargado, no primeiro trimestre de 2021, as discussões estão muito avançadas, para cerca de 15 000 famílias, o correspondente a 8 milhões de dólares.

O contexto pós Covid mostra-nos que temos que contar, em primeiro lugar, com as nossas próprias forças, as nossas competências e os talentos da nossa juventude maioritária: rapazes e raparigas. Para vencer essa conjuntura difícil, precisamos de muito trabalho, união e inclusão na diversidade. Por isso, a estabilidade política e governativa é vital.

Queria aqui realçar também que os dados plasmados, até ao momento, têm como marco Setembro. Portanto, os outros indicadores estão a ser compulsados, estão a ser trabalhados, mas é com grande optimismo que vemos esses dados. Conto com a contribuição de todos os actores, de todos os quadrantes, sem esquecer a nossa diáspora.

Que Deus nos abençoe, muito obrigado, bem-haja!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Feita a apresentação, através da sua declaração, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, estão abertas as inscrições para as Sras. e Srs. Deputados que queiram participar no debate, na generalidade.

Ah, peço desculpas. Esqueci, temos que ver, antes, o parecer que recomenda a sua discussão. Neste contexto, convido o Sr. Presidente da 2.ª Comissão, ou a quem este indicar, para fazer a leitura do parecer integral, sendo que este inclui os pareceres das outras Comissões Especializadas. De qualquer modo, os

pareceres foram publicados, todos eles, no *Diário da Assembleia Nacional*, de Quinta-feira, 30 de Dezembro de 2020, II Série n.º 18.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Managem, para fazer a leitura do parecer integral.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e o seu elenco do Governo, Sras. e Srs. Deputados, a todos, muito bom dia.

Sr. Presidente, com a sua permissão, passo a ler o parecer 2.ª Comissão Especializada Permanente sobre as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, para o Ano Económico de 2021.

«1. Nota introdutória

Conforme o disposto na alínea b) do artigo 111.º, conjugado com as alíneas g) e h) do artigo 97.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009 – Lei de Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), bem como o artigo 205.º do Regimento da Assembleia Nacional, o Governo apresentou à Assembleia Nacional as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, para o Ano Económico de 2021 que, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foram submetidas à 2.ª Comissão Especializada Permanente, para efeitos de análise e parecer.

Assim, no âmbito das suas atribuições, a referida Comissão reuniu-se nos dias 30 de Novembro, 3, 22, 23, 28, 29 de Dezembro de 2020, 5 e 6 de Janeiro 2021, em sessões de trabalho, visando a indigitação do relator, bem como a análise e apreciação das referidas propostas.

2. Enquadramento legal.

2.1. Prazo de apresentação das propostas.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral de Estado para o ano 2021 foram apresentados pelo Governo à Assembleia Nacional no dia 18 e admitidos em 23 de Novembro de 2020, tendo assim decorridos 18 dias fora do prazo, contrariando os termos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009 – Lei de SAFE.

Importa salientar que o artigo 25.º da Lei de SAFE, alterada pela Lei n.º 12/2009, estipula que a Assembleia Nacional tem até 15 de Dezembro para proceder à aprovação das referidas propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral de Estado, desde que cumpra com os prazos fixados no artigo 24.º da Lei acima referida, facto que ficou comprometido, devido à apresentação das propostas fora do prazo.

2.2. Estrutura formal da proposta do Orçamento Geral do Estado.

A estruturação das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2021 assentam nos eixos do Programa do XVII Governo Constitucional para os próximos 2 anos restantes, nomeadamente:

1. Aprofundamento do Estado de Direito Democrático;
2. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;
3. Melhoria da qualidade de saúde e protecção social; e
4. Política externa ao serviço de desenvolvimento.

Relativamente aos requisitos da estrutura formal das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2021, constata-se que, embora tivessem sido instruídos com todos elementos necessários, conforme o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, SAFE, denota-se algumas deficiências na organização da apresentação dos mapas e outros documentos referidos neste artigo, o que não facilita a sua análise coerente.

3. Contexto Macroeconómico para o ano 2021.

3.1. Fundamentos da Estratégia de Previsão Orçamental

As propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2021 são apresentadas num contexto deveras imprevisível de crise mundial, com reflexos internos, crise sanitária e recessão económica, como resposta célere do Governo aos efeitos da Covid-19, declarada pandemia a 11 de Março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visando a reorientação das prioridades políticas do Executivo, com base nos 3S: salvar a vida, salvar o emprego e o rendimento das famílias e salvar a economia.

Para o efeito, o Governo elegeu as suas políticas, delineadas com o seu Programa, para a XI Legislatura, as Grandes Opções do Plano e o Plano Nacional de Contingência da Covid-19, para alcançar os objectivos prioritários nos próximos anos, visando a melhoria dos principais indicadores económicos, o crescimento da actividade económica, a criação de emprego e da redução da pobreza, considerando que o reforço da resiliência macroeconómica de São Tomé e Príncipe, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento é a condição *sine qua non*, face ao choque externo.

Em termos gerais, no contexto da previsão orçamental, a resposta do Executivo à nova realidade económica consubstanciou-se na estimativa da Receita Global 3.655.123 milhões de dobras contra 3.184.507 milhões de dobras do Orçamento Rectificativo de 2020, embora se tenha registado um aumento parcial de 283.750 milhões de dobras das receitas totais, e um aumento da Despesa Global, no montante justificado pelo aumento de 240.060 milhões de dobras do Orçamento de Funcionamento; 2.136.609

milhões de dobras contra 1.896.549 milhões e 152.315 milhões dobras do Programa de Investimento Público – PIP; 1.335.420 milhões de dobras contra 1.183.105 milhões e, conseqüentemente, a diminuição de 121.756 milhões de dobras ao nível de endividamento público; 319.812 milhões dobras contra 441.568 milhões dobras e seu impacto na redução em 2% do indicador da dívida pública no PIB no Programa do Orçamento Geral do Estado para 2021, comparativamente ao Orçamento Geral do Estado para 2019.

4. Cenário macroeconómico na previsão orçamental para 2021.

A proposta do Orçamento Geral do Estado para 2021, comparativamente à proposta do Orçamento Rectificativo para 2020, considerou a continuidade de um cenário macro de recessão, com um crescimento económico de 9.615 milhões de dobras, 5% do PIB, previsto para 2021 contra 8.933 milhões de dobras (-5,8% do PIB, previsto para 2020). Esta revisão em alta, bem como a manutenção da inflação de 8 %, não tomou em consideração as restrições impostas pela crise internacional na circulação de bens, serviços e de capitais, no agravamento do défice crónico da Balança de Pagamentos, em 22,9% do PIB, e no desagravamento do Saldo Primário Interno (-3,9% do PIB).

5. Previsão orçamental para 2021 sobre a receita global.

O contexto macroeconómico influenciou a fixação das receitas endógenas, conseqüentemente a previsão orçamental, aumentou a Receita Global, 390.488 milhões de dobras que representa 4,1% do PIB, provocada pelo aumento das Receitas Fiscais, 283.750 milhões de dobras, representando 3 % do PIB, e das outras Receitas Não Fiscais, em 106.738 milhões de dobras, representando 1.1% do PIB.

A previsão das Receitas Fiscais foi de 1.436 milhões de dobras, o que corresponde a 84% da receita total, traduzindo-se num acréscimo de 283.750 milhões de dobras, correspondendo a 72,7% da receita total e das outras receitas não fiscais de 274 milhões de dobras, correspondendo 16 % da receita total, o que representa um aumento de 106.738 milhões de dobras, equivalente a 27,3% da receita total, comparativamente com a proposta do Orçamento Rectificativo de 2020.

A previsão orçamental retomou a implementação do IVA que havia sido anulado com a revisão orçamental de 2020, fixado em 21.791 milhões de dobras, correspondente a 0,2% PIB, representando um aumento no mesmo valor na ordem dos 5,6% da receita total.

A previsão orçamental das outras receitas não fiscais foi de 274 milhões de dobras, correspondendo a 1,1% do PIB, reflectindo num acréscimo de 106 milhões de dobras, equivalente a 23,3% do total das outras receitas, provocado pelo acréscimo de todas as demais rubricas, com excepção das receitas de petróleo, receitas patrimonial, na ordem de 2.977 milhões de dobras, rendimentos de pesca, na ordem de 9.813 milhões de dobras, receitas de serviços, na ordem de 84.873 milhões de dobras e outras receitas residuais, na ordem de 9.918 milhões de dobras.

De notar que a previsão orçamental contemplou donativos de 1.625 milhões de dobras, sendo de projectos 1.171 milhões de dobras, de Apoio Directo ao Orçamento 368 milhões de dobras e de recursos provenientes da iniciativa HIPC 87 milhões de dobras, tendo-se registado um aumento de 202 milhões de dobras, face ao Orçamento Rectificativo de 2020, ou seja, 1.423 milhões de dobras, provocado pelo aumento dos donativos, dos projectos e dos recursos provenientes da iniciativa HIPC.

Importa recordar que a concessão de donativos depende da disponibilidade dos parceiros de desenvolvimento, da taxa de utilização e da transparência na implementação dos fundos colocados à disposição do País a título não reembolsável, sendo a modalidade de apoio directo ao Orçamento, a única na referida rubrica de donativos a registar uma redução.

A previsão orçamental teve um impacto na fixação e na reafecção das receitas consignadas, tendo-se registado um aumento de 3 milhões de dobras, comparativamente ao Orçamento Rectificativo de 2020.

6. Previsão Orçamental – Orçamento de Funcionamento e de Investimento.

A previsão orçamental das despesas de funcionamento foi de 2.137 milhões de dobras, equivalente a 2,5% do PIB, traduzindo-se num aumento das despesas fixas em 240 milhões de dobras, justificado pelo aumento de todas as rubricas de despesas do Orçamento de Funcionamento (OF), com excepção da aquisição de bens e serviços. Assim, a rubrica de despesa com pessoal aumentou em 166 milhões de dobras, equivalente a 1,7% do PIB, de juros e outros encargos em 8 milhões de dobras, representando 0,1% do PIB, de subsídios e transferências correntes na ordem de 62 milhões de dobras, correspondendo a 0,6% do PIB e outras despesas de exercícios anteriores na ordem de 49 milhões dobras, equivalente a 0,5% do PIB.

A rigidez estrutural do Orçamento de Funcionamento reflecte a sua dependência às despesas obrigatórias que representam 84,4 % do montante total de funcionamento, sendo expressivas em 53,7% nas despesas com pessoal, em 18,2% nos subsídios e transferências correntes e em 12,5% nas despesas de aquisição de bens e serviços.

A previsão orçamental das despesas consignadas se fixou em torno de 100 milhões de dobras contra 97 milhões de dobras do Orçamento Rectificativo de 2020, representando um aumento na ordem de 3.6 milhões de dobras, equivalentes a 1,5% do total das despesas de funcionamento do Estado. Importa salientar que a única rubrica da despesa de funcionamento que registou uma redução foi a de aquisição de bens e serviços, na ordem de 53 milhões de dobras, equivalentes a 0,6% PIB, justificadas pelas medidas de contenção propostas pelo Governo, conforme o artigo 10.º da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2021.

A previsão orçamental do Programa de Investimento Público (PIP) é de 1.335.420 milhões de dobras, equivalentes a 1,6% do PIB), traduzindo-se num aumento dos investimentos públicos (152,3 milhões de dobras) justificado essencialmente pelo aumento dos recursos externos ao nível dos donativos na ordem de 220 milhões de dobras, equivalente, a 2,3% do PIB, e dos recursos internos ao nível do HIPC na ordem de 4.6 milhões de dobras. De notar que os fundos externos, na modalidade de empréstimos que exigem contrapartida nacional, foram reduzidos na ordem de 77 milhões de dobras, equivalentes a 0,8% do PIB, justificado pelo aumento da contraparte nacional com recursos ordinários do Tesouro na ordem de 4,3 milhões de dobras.

De realçar que o investimento público envolveu as operações financeiras com recurso à dívida pública, sendo que o programa de amortização para 2021, operações financeiras passivas, ascendeu a 183 milhões de dobras.

O Saldo Orçamental Deficitário é justificado pela fixação do montante das receitas globais, excluindo os donativos na ordem de 3.335.311 milhões de dobras, inferiores à previsão revista da Despesa Global com operações financeiras, que se fixou nos 3.655.123 milhões de dobras.

Por outro lado, é de ressaltar que as despesas de funcionamento são superiores a de investimento.

7. O Stock da Dívida Pública e a Fonte de Recursos.

Segundo informações do Relatório do Programa Orçamento Geral do Estado para 2021, a previsão orçamental do serviço da dívida pública foi fixada em 233.079 milhões de dobras, sendo 183.093 milhões de dobras equivale 78,6% do total programado para a amortização de capital, representando um aumento de 62%, face à execução esperada de 2020 e o valor remanescente de 49.985 milhões de dobras, equivalentes a 21,4% do total programado referente a juros, representado um aumento de 18,2%, face à execução esperada para o ano transacto. Entretanto, embora a análise comparativa das amortizações de capital, sem os juros, tivesse revelado uma diminuição, no tocante ao serviço da dívida pública, a ausência de dados sobre o serviço da dívida pública na revisão orçamental de 2020 impossibilitou o exercício da análise da sua evolução comparativa.

A política do Governo em matéria de endividamento público privilegia as dívidas concessionais de horizontes temporais longos, com a maturidade superior a 20 anos, ao mesmo tempo que fomenta o financiamento interno por via dos títulos, por um lado, através da emissão das Obrigações do Tesouro e, por outro, tendo em conta a necessidade de estímulo à poupança interna, a mobilização uma nova fonte de financiamento, através da emissão das Obrigações do Tesouro.

Assim, a Estratégia Nacional para Gestão da Dívida Pública 2017-2019 prevê, no plano e na estrutura do endividamento, uma carteira da dívida pública para 2021, contemplando 50% de credores bilaterais em condições semi-concessionais, 23% de dívida interna, com recurso aos Títulos do Tesouro, 17% de credores multilaterais, sendo 17 em condições semi-concessionais e 12% concessionais.

8. Pareceres da 1.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Comissões Especializadas Permanentes.

8.1. Parecer da 1.^a Comissão.

As Grandes Opções do Plano para o ano 2021 encontram-se em harmonia com o Programa do XVII Governo e estão alinhadas com o Plano Nacional de Desenvolvimento e outros dossiês estratégicos de longo prazo, nomeadamente:

- i) Visão São Tomé e Príncipe 2030;
- ii) Agenda 2030 das Nações Unidas; e
- iii) Agenda 2063 da União Africana.

Em relação às normas, a 1.^a Comissão aproveita o ensejo para enfatizar sobre a imperatividade de o Executivo prestar, trimestralmente, contas à Assembleia Nacional sobre a execução orçamental, tal como reza a proposta de lei, no seu artigo 18.º, informações periódicas.

Da análise feita aos dois diplomas em apreço, a 1.^a Comissão concluiu que o proponente respeitou e preencheu todas as exigências formais e legais, excepto a prevista no artigo 24.º da Lei n.º 03/2007 – Lei do SAFE.

8.2. Parecer da 3.^a Comissão.

Nas Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2021, o Governo propõe continuar os esforços para garantir que todas as crianças e jovens, assim como um número crescente de adultos, tenham acesso às aprendizagens e qualificações fundamentais para terem sucesso na sociedade e na economia do século XXI, a fim de garantir a sustentabilidade e racionalidade do sistema educativo para médio e longo prazos. Neste sentido, perspectiva-se realizar os seguintes programas:

- Programa de Combate ao Insucesso Escolar;
- Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino;
- Programa de Gestão Escolar;
- Programa de Ensino Profissionalizante e Formação Profissional;
- Programa de Educação de jovens e adultos ao longo da vida;
- Programa de Ensino Superior;
- Programa de Ciência e Tecnologia.

No que concerne ao Programa de Investimentos Públicos na Educação e Ensino Superior, regista-se um ligeiro decréscimo, saindo de 10,7% do Orçamento Geral do Estado de 2020 para 9,38% do Orçamento Geral do Estado de 2021, previsto para o Ano Económico de 2021.

Relativamente às despesas correntes, verificou-se um aumento, saindo de 10,7% do Orçamento Geral do Estado de 2020 para 16,58% do Orçamento Geral do Estado de 2021.

Na área da Saúde:

Relativamente ao Sector da Saúde, a 3.^a Comissão constatou que, não obstante as insuficiências verificadas neste sector, no que se refere às limitações de infra-estruturas, recursos humanos especializados em número reduzido, fraca capacidade institucional, insuficiência de recursos, bem como a desadequação do sistema de financiamento, foram identificadas nos documentos medidas para fazer face a tais desafios complexos de forma a:

Fortalecer a organização e gestão das infra-estruturas de saúde; melhorar a gestão dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais; assegurar a sustentabilidade financeira; elevar o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento, assegurando a harmonização efectiva dos serviços com realce no atendimento, assegurando a harmonização efectiva entre os diferentes níveis de cuidados e os diversos sectores, incluindo o público e o privado; implementar aplicações informáticas específicas que possam garantir o controlo de qualidade e alerta precoce de *stock* dos medicamentos e outros; criar um fundo interno especificamente para a compra atempada de medicamentos, consumíveis e reagentes; tornar imprescindível a revisão do processo de aquisição dos medicamentos, consumíveis e reagentes, tendo em conta um levantamento exaustivo das necessidades reais em termos de quantificação.

No entanto, a 3.^a Comissão verificou um decréscimo no Programa de Investimento Público de 13,8% do Orçamento Geral do Estado de 2020 contra 13,01%, previsto para o ano económico de 2021.

No que concerne às despesas correntes, verificou-se um decréscimo de 12,9% do Orçamento Geral do Estado de 2020 para 11,43% do Orçamento Geral do Estado de 2021.

Face ao exposto, a 3.^a Comissão recomenda as seguintes medidas:

Acelerar o processo de requalificação do Hospital Dr. Ayres de Menezes;

Reforçar os serviços de segurança nos postos de saúde e centros hospitalares;

Requalificar e apetrechar os Centros de Saúde Distritais, bem como a residência para os técnicos, de forma a garantir a permanência dos mesmos nos respectivos Distritos, com alguma dignidade;

Reforçar a prestação de cuidados preventivos primários e especializados em todos os distritos sanitários de São Tomé e na Região Autónoma de Príncipe, de forma a descongestionar o Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes, facilitando o acesso, diminuindo o tempo de espera e os custos que advêm das sucessivas deslocações até ao Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes;

Capacitar e melhorar a gestão dos Recursos Humanos no Sector da Saúde;

Introduzir a avaliação de desempenho dos profissionais de saúde, de modo a garantir o atendimento humanizado;

Reajuste das taxas de comparticipação no sistema de saúde e custos de medicamentos;

Maior controlo e fiscalização das receitas arrecadadas a nível dos serviços de saúde;

Acelerar a construção e funcionamento de um Centro de Hemodiálise no País;

Garantir o abastecimento e informatização do *stock* dos consumíveis e medicamentos;

Aumentar a vigilância epidemiológica da Covid-19, do Programa de Luta contra o Paludismo, HIV-SIDA e Tuberculose;

Programar a aquisição da vacina contra a Covid-19;

Realizar um levantamento urgente para avaliar as infra-estruturas sanitárias abandonadas e vandalizadas na zona de Uba-Budo, no Distrito de Cantagalo, e dar um uso adequado às mesmas.

Na área do Emprego e Solidariedade:

No que concerne à Protecção Social, Emprego e Formação Profissional, o Governo aponta, nas Grandes Opções do Plano, acções que visam a consolidação de política de coesão social e a garantia da dignidade humana aos são-tomenses, através do reforço da assistência social para as faixas mais desfavorecidas. Entretanto, no que concerne ao Programa de Investimentos Públicos para este sector, a 3.^a Comissão constatou uma redução significativa de verbas alocadas, saindo de 11,3% do Orçamento Rectificativo de 2020 para 2,7% do OGE, previsto para o Ano Económico de 2021.

No que concerne às despesas correntes, verificou-se um decréscimo de 10,23% do OGE de 2020 para 4,39% do OGE de 2021.

A 3.^a Comissão constatou ainda que o Governo alocou verbas destinadas à Protecção Social, Mecanismo de Implementação da Estratégia de Género, Apoio à Integração Social dos grupos mais carenciados, Cozinha Social (Fornecimento de prato quente/dia aos idosos), apoio às pessoas portadoras de deficiência, apoio às ONG parceiras da acção social, Construção de casas sociais e Programa Família.

Para a área do Emprego, estão inscritas verbas para o Apoio à Protecção de Emprego no Sector do Turismo e outros sectores, tendo-se verificado que estas foram as verbas que mais corte sofreram nesta área. Esta situação preocupa a 3.^a Comissão, uma vez que, perante a crise económica provocada pela pandemia da Covid-19, não fica claro como o Governo pretende fazer face à situação de desemprego ou de

emprego precário em que se encontra grande parte da população, especialmente as pessoas ligadas ao Sector de Turismo.

Assim, a 3.^a Comissão recomenda ao Governo o seguinte:

Alocar mais verbas às pessoas portadoras de deficiências, bem como para às ONG parceiras da acção social;

Encontrar mecanismos para a implementação da Lei de Base de Pessoas Portadoras de Deficiência;

Aumentar o número de famílias a beneficiar do Programa Família, incluindo os mais desfavorecidos, pessoas com deficiência e albinos.

Encontrar mecanismos para um maior apoio e protecção aos trabalhadores e empresários dos sectores que foram especialmente afectados negativamente pelos efeitos económicos da pandemia, de forma a assegurar os empregos e impulsionar economicamente estes sectores.

8.3. Parecer da 4.^a Comissão.

Com vista à discussão e votação, na generalidade, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do OGE para o Ano Económico 2021, a 4.^a Comissão procedeu à apreciação dos aspectos inerentes à cidadania, direitos humanos e diáspora, realçando, dentre outros, os subjacentes aos domínios de intervenção nessas áreas, nomeadamente, a criação de uma Instituição Nacional dos Direitos Humanos, com vista à continuação do processo para ratificação das principais Convenções Internacionais e Regionais de Direitos Humanos, a implementação de reformas legislativas, visando a harmonização das leis nacionais aos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, a elaboração de estratégia nacional para promoção e protecção dos direitos humanos, a conclusão e apresentação do relatório sobre a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a facilitação da emissão dos documentos consulares nas representações diplomáticas, de forma a responder com maior celeridade às necessidades das comunidades residentes na diáspora, o reforço da aplicação dos direitos e a participação da mulher na tomada de decisões, a defesa e protecção dos Direitos dos mais excluídos e o apoio a família, visando à redução da pobreza extrema.

8.4. Parecer da 5.^a Comissão.

Tendo em vista a sua discussão e votação na generalidade, a 5.^a Comissão procedeu à apreciação dos princípios gerais de cada uma das iniciativas, realçando os aspectos subjacentes aos domínios da sua área de intervenção.

Com relação às propostas constantes nas Grandes Opções do Plano, a 5.^a Comissão pôde constatar que o Governo perspectiva o seguinte:

No domínio do Género, Família e Coesão Social:

1. Transferência monetária às famílias em extrema pobreza;
2. Apoio à criação do próprio emprego;
3. Gestão do programa;
4. Capacitação dos técnicos do Centro de Aconselhamento contra Violência Doméstica, em matéria de prevenção, mediação e conciliação dos conflitos e tratamentos das vítimas;
5. Construção de um centro de raiz e de centros integrados para desafogar o erário público;
6. Realização de campanhas de sensibilização contra a violência doméstica e familiar;
7. Reactivação da rede VIDA em todo o Território Nacional;
8. Criação do estatuto de vítima e violência baseada no género;
9. Realização ao nível nacional da campanha Laço Verde;
10. Garantia de sustentabilidade da casa de abrigo;
11. Reactivação das unidades de recursos e empregabilidade das vítimas de violência baseada no género.

No domínio da Juventude:

As actividades propostas pelo Governo no âmbito da Juventude e Desporto, dentre as quais se destacam:

1. Reactivação do Centro de Formação Inforjovem
2. Construção de centros recreativos;
3. Aquisição de materiais informáticos e de mobiliários;
4. Promoção do associativismo e voluntariado;
5. Formação e capacitação dos jovens;
6. Criação da casa da juventude na Região Autónoma do Príncipe.

No Domínio do Desporto:

1. Melhoria das infra-estruturas desportivas;
2. Comemoração de 12 de Março Desportivo;
3. Apoio ao desporto escolar;
4. Participação em eventos internacionais;
5. Apoio ao desporto comunitário;

6. Melhoramento do Estádio Nacional 12 de Julho;
7. Transferência de verbas para as federações e clubes;
8. Construção do polidesportivo em Madalena;
9. Construção de um pavilhão desportivo em Água Grande;
10. Requalificação do Parque Sun Secreta;
11. Preparação e participação dos quatro jogos da lusofonia.

No domínio do Empreendedorismo:

1. Formação e capacitação de jovens em empreendedorismo;
2. Elaboração de plano estratégico para o desenvolvimento do empreendedorismo em São Tomé e

Príncipe e Lei de Startups/PMES;

3. Actividade de dinamização das incubadoras estatais;
4. Dia nacional do empreendedorismo, 20 de Agosto/Semana Nacional de Empreendedorismo;
5. Projecto de simulação empresarial e oficinas de empreendedorismo;
6. Criação da rede das incubadoras em São Tomé e Príncipe e a respectiva dinâmica;
7. Criação de um fundo de fomento para o empreendedorismo;
8. Desenvolvimento de estratégia de micro-finanças;
9. Atribuição de kit negócio para os recém-formados; e
10. Financiamento a empreendedores e pequenos negócios.

No domínio da Comunicação Social:

1. Dotação de verbas para reforço institucional, capacitação de técnicos;
2. Assegurar a cobertura nacional da Rádio Nacional e da Televisão São-tomense;
3. Conversão dos órgãos de comunicação social, nomeadamente a Rádio Nacional e a TVS, em empresas públicas auto-sustentadas;
4. Implementar em parceria com a Autoridade Geral de Regulamentação (AGER), a migração de sistema de transmissão analógico para digital; e
5. Dotação de serviços públicos de comunicação de infra-estruturas modernas, incluindo a construção de um novo edifício.

A análise dos documentos permitiu à 5.ª Comissão constatar:

1. Coerência entre os projectos inscritos nas Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado;
2. Realização de exercícios de transversalização da abordagem de género no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano, alinhados com o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG), fundamentalmente nos seus objectivos estratégicos;
3. A necessidade de se incluir uma linha orçamental específica para o Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva no Orçamento Geral do Estado 2021, sendo que a sua ausência terá consequências graves para a saúde de homens, mulheres, jovens e crianças.
4. Necessidade de inclusão de indicadores sensíveis ao género e de género nas matrizes lógicas dos planos estratégicos nacionais;
5. Utilização de marcadores de género nos sistemas de classificação orçamental nacional e dos mapas orçamentais;
6. Realização de relatórios de género orçamentais e declarações de género como documentos no Orçamento Geral do Estado.
7. É de extrema importância a implementação da Estratégia Nacional contra a Violência Baseada no Género;
8. Inexistência de centros de aconselhamento e atendimento para prevenção da violência ao nível dos distritos;
9. Reforçar a prática das mais distintas modalidades desportivas ao nível nacional, bem como acções necessárias ao seu desenvolvimento, tendo em conta a vocação do desporto para a promoção da saúde, coesão social e projecção da imagem do País;
10. Promover o intercâmbio juvenil sociocultural e desportivo entre as ilhas; e
11. O montante para a formação e capacitação dos quadros da Comunicação Social é irrisório.

9. Constatações e recomendações da 2.ª Comissão.

Da análise das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2021, a 2.ª comissão constatou que:

Os dados preliminares mais recentes da execução orçamental da receita, da despesa e da dívida pública datam de Setembro de 2020, desfasados face à situação de crise sanitária interna com impacto significativo

nas finanças públicas, tornando-se imperativo a incorporação de dados mais recentes sobre a execução orçamental.

O alinhamento e articulação entre as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado poderá não reflectir o Programa do XVII Governo e 3 dos 4 eixos das Grandes Opções do Plano, o Eixo I – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático, o Eixo II – Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego e o Eixo IV – Política Externa ao Serviço do Desenvolvimento, dado às necessidades urgentes e inadiáveis que impuseram os 3S (salvar a vida, salvar o emprego e o rendimento das famílias e salvar a economia).

As receitas correntes estimadas na ordem de 1.710.358 milhões de dobras continuam a ser insuficientes para atender às despesas de funcionamento fixadas na ordem de 2.136.609 milhões de dobras.

Do total das receitas efectivas juntamente com os financiamentos para cobrir todas as necessidades de Orçamento Geral do Estado 2020, conforme os cálculos feitos através da Tabela de Operações Financeiras do Estado, TOFE, 48% corresponde ao financiamento interno e 52% financiamento externo, como se pode observar no Anexo 1 da proposta do Orçamento.

O peso dos donativos nas receitas totais continua a ser bastante expressivo o que tem penalizado o esforço fiscal para a sustentabilidade das finanças públicas e, conseqüentemente, do crescimento económico. Nota-se que os dados disponíveis demonstram que a orçamentação dos donativos é maior a cada ano que passa embora tenha diminuído na proposta do Orçamento Geral do Estado de 2021 para 44%. Na prática, este fenómeno estaria a substituir o financiamento das despesas por meio de receitas fiscais e por outros meios sustentáveis.

Não foi calculado nem considerado a capacidade de endividamento do País no que toca à análise da dívida pública. Importa realçar que, para se obter a sustentabilidade fiscal com um nível de dívida de 90,6% do PIB e um crescimento da economia igual a 5% em 2021, seria necessário que, nos próximos períodos, houvesse pelo menos um saldo primário superior a 2,7% do PIB, contrariamente ao -3,9% proposto no Orçamento Geral do Estado 2021, a dívida pública está longe de ser sustentável.

Em termos globais, as previsões apontam para uma dependência interna e elevada vulnerabilidade externa, justificada pelo considerável peso dos donativos na Receita Global.

O contexto macroeconómico afectou a capacidade de arrecadação das receitas endógenas, consignadas e impulsionou a política fiscal de alargamento e agravamentos dos impostos, com retoma do calendário para a implementação do IVA.

Foram incluídos, como anexo às propostas do Orçamento dos Organismos Autónomos e Empresas Públicas, nomeadamente: Empresas dos Correios, EMAE, ENAPORT, INAC, INSS, AGER, ANP, IMAP, ENASA e BCSTP, cumprindo desta forma o estipulado na alínea f) do n.º 3 do artigo 23.º da Lei de SAFE.

Não obstante as constatações acima referidas, nota-se algum esforço por parte do Governo em reflectir uma orientação baseada em metas, indicadores macroeconómicos e políticas públicas capazes de alavancar a economia.

Considerando que as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado reúnem os requisitos legais exigidos, a 2.ª Comissão recomenda que as mesmas sejam submetidas ao Plenário, para efeitos de apreciação e votação.

Eis, Excelência, o teor do parecer da 2.ª Comissão.

Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública, em São Tomé, aos 6 de Janeiro de 2021.

O Presidente, Carlos Manuel Cassandra Correia.

O Relator, Adilson Cabral Managem.»

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Adilson Managem, pela exaustiva leitura do parecer da 2.ª Comissão, pese embora algumas gralhas, mas o texto está publicado no *Diário* e todos poderão acompanhar com a devida lisura.

Após a leitura do parecer, estão abertas as inscrições para Sras. e Srs. Deputados que queiram participar no debate, na generalidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, em simultâneo. De realçar que este debate terá a duração de 2 dias, portanto, hoje, com continuidade na próxima Segunda-feira.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — A TVS já está a transmitir em directo? Não sei se já foi reposta a energia em Santo António.

Hum, nem sei por onde começar.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Xê! Sabe!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, Srs. Jornalistas, compatriotas são-tomenses, no País e no estrangeiro, muito bom dia e bom ano.

Antes de entrar no centro daquilo que é a discussão, o ponto de vista do ADI, relativamente ao debate destes dois documentos, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, queria dizer que, ouvindo o parecer lido aqui, o parecer da 2.^a Comissão, que os Deputados tiveram acesso através da publicação no *Diário da Assembleia*, este Orçamento devia ser rejeitado. Entrou fora do tempo e o Primeiro-Ministro não justificou o porquê. Se justificou, eu não vi a carta. Eu quero ver essa carta. Eu, como Líder Parlamentar, quero ver esta carta. Eu não vi! Peço desculpas, se os Serviços enviaram, mas eu não tive conhecimento desta carta.

Sobre a apresentação que Sua Excelência o Primeiro-Ministro fez, não me estranha nada. Eu adivinhava tudo o que o Sr. Primeiro-Ministro ia dizer. Até adivinhei a cor da gravata que o Primeiro-Ministro ia trazer, por isso vim com uma gravata semelhante...

Murmúrios.

...manifestando uma certa paz...

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Não, não compare! Não tem nada a ver!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sim, é um pouco mais escura, mas é quase.

Murmúrios.

Nessa introdução, quero dizer que para o número de Deputados que nós temos, temos 94 minutos, contrariamente aos cerca de 200 minutos do Governo e os grupos parlamentares que o apoiam. Portanto, vai ser 94 minutos contra 200 minutos, sempre naquela lógica de um contra todos, mas vamos apresentar os nossos argumentos. Pelos nossos argumentos, à partida, este Orçamento devia ser chumbado. O verbo dever, mas poderá ser chumbado! Probabilidade! Se o Sr. Primeiro-Ministro está reparado, um grupo parlamentar que o suporta introduziu um debate de urgência para falar sobre a Saúde e a Justiça, quando o Orçamento já estava nas Comissões. Por uma questão lógica, para aqueles que estão a ver a política, deve entender que este grupo parlamentar que o suporta não viu, na sua proposta, soluções para resolver os problemas gritantes da Saúde e da Justiça. Uma questão de lógica! Logo, falei na probabilidade. Mas outra probabilidade, claro, os Deputados da sua maioria vão aprovar ou poderão aprovar na mesma. Mas, aprovar na mesma, o povo é que vai sofrer com este Orçamento. Portanto, são essas considerações.

O Sr. Primeiro-Ministro começou a falar de 2018, entrou e herdou, etc., etc. Sr. Primeiro-Ministro, este é o discurso do passado. O Sr. Primeiro-Ministro já está a governar há 2 anos, falou muito pouco de 2019, que foi o ano de desastre!

Murmúrios.

Bem, eu vou entrar no âmago da minha intervenção.

No dia 27 de Julho, quando estivemos aqui a discutir, eu tive uma intervenção e vou fazer uma leitura de um dos trechos que nós achamos ainda actual, sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2020. «Quando olhamos para o crescimento do ano 2019 que foi assumido por si e pelo FMI, estamos a falar do pior crescimento das últimas décadas e não só nós, que o dizemos, mas sim os dados estatísticos do Banco Mundial.» Repare que nós estamos a referir ao ano 2019, um ano em que os nossos parceiros externos bilaterais e multilaterais gozavam de boa saúde financeira e não estávamos perante uma pandemia. O Sr. Primeiro-Ministro tem a noção do impacto que este abrandamento do crescimento teve na economia e na vida das populações, sendo que muitas já vivem no limiar da pobreza e outras na extrema pobreza. Se quando não havia Covid-19, o Sr. Primeiro-Ministro nos brindou com o pior crescimento das últimas décadas, como é que num contexto pandémico, e sem se saber quando a mesma estará controlada a nível mundial, poderemos crer que o Sr. Primeiro-Ministro nos vai proporcionar o crescimento económico robusto? Por que não foi alterada esta visão.

Sr. Primeiro-Ministro, eu estou muito preocupado! Não sei quem está a falar verdade! Existe uma instituição do Estado, o Banco Central, que é coordenado por um Vice-Presidente do MLSTP/PSD, o Dr. Américo Barros. Temos um Governo, chefiado pelo Presidente do MLSTP/PSD, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus. É mesmo assim, não é?

Uma voz: — Sim.

Obrigado.

O Governo propõe que vamos ter um abrandamento da economia, perspectiva-se uma recessão, que aliás já tinha sido visto pelos nossos parceiros, pelas instituições que nos acompanham, que supervisionam e nos apoiam, vem o Sr. Governador do Banco Central dizer que a economia, em São Tomé e Príncipe, em 2019, foi satisfatória. Satisfatória em quê?

Murmúrios.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: —...em 2020, não é?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim, 2020. Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Que em 2020 a economia foi satisfatória. Mas satisfatória em quê? Vamos olhar para a nossa população, vamos perguntar à nossa população. Eu tenho mais elementos, num outro momento poderei chegar, mas, no cômputo geral, este documento padece de um grande défice. E maior que todos os défices orçamentais juntos que o País já teve, até hoje, que é a ausência de um plano de recuperação económica. Reparem, todos os países do mundo, perante a situação pandémica, estão a elaborar e apresentar um plano de recuperação económica. E aqui nós não vemos, não sabemos para onde ir.

Uma voz do MLSTP/PSD: — É truque, pá!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — E na base disso, poderão contar desde já com o voto contra do Partido ADI.

Risos e murmúrios.

Vamos sair duma recessão, como jamais vista em quase 40 anos e, com isso, o Sr. Primeiro-Ministro vem confirmar, aliás, a recessão a 6.5%, e preciso recuarmos até 1981, para encontrarmos o pior crescimento que este país já viveu. Estou a falar de dados, senhores! Mesmo aquando da grande seca, em 1983, não tivemos crescimento pior que este. Estamos a falar do Estado! Entretanto, diz o Governo o seguinte: «Durante o período da crise sanitária e económica, a prioridade passou a ser, evidentemente, salvar a vida, salvar o emprego e o rendimento das famílias e salvar a economia, os três s. Assim, o Governo lançou um amplo conjunto de medidas de emergência e apoio à saúde e à economia.»

Sabemos que o Orçamento Geral do Estado é um instrumento mais importante da acção governativa de qualquer país do mundo, pelo que no nosso país, falamos de salvar a economia, entretanto, em todos os documentos, não vimos referência a qualquer plano de recuperação económica, nem pelo menos mencionar um outro documento qualquer, no qual podemos consultar com substância.

Os conjuntos de medidas de emergência de apoio à saúde, à economia, em 2020, foram feitos em cima de joelhos, todos nós sabemos, o que é compreensível, dado ao facto do mundo ter sido apanhado de surpresa. Compreende-se! Mas, o que não é compreensível e é inadmissível, é querermos assumir este conjunto de acções dispersas e muitas vezes inconsistente como o plano de recuperação económica que pode ser replicado para 2021.

Antes de continuar o meu raciocínio, eu gostaria, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, que esses reparos fossem assinalados e respondidos por si e Sua Excelência o Ministro das Finanças. Temos o Sr. Ministro das Finanças, que é meu amigo, mas há 2 anos para cá, tem sido... Precisa-se de um Ministro das Finanças 70% mais técnico e 30% político. O Sr. Ministro das Finanças revela ser 70% político e 30% técnico. Nós queremos discutir aqui o Orçamento, que é o vosso orçamento.

Para dizer também que o Orçamento vai ser discutido e nós queremos discussão com o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças. Dos outros ministros, queremos explicações, quando for o momento da especialidade, para não acontecer o mesmo que nós tivemos no momento do Orçamento Rectificativo.

Portanto, está obrigado, enquanto Governo que tem como o slogan «Governar para todos», a apresentar um plano de recuperação económica, pelo menos para todos os são-tomenses residentes, e não apenas para seus militantes residentes, uma vez que para a diáspora já sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro faz questão que estejam aqui, como, orgulhosa, mas tristemente, fez questão de promover, numa das camisolas, no período de Natal. Não sei se o Primeiro-Ministro reparou na camisola que colocou e fez a publicidade.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Quem mandou fazer a camisola não foi você?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Este plano de recuperação económica que referimos terá que ser consistente, com estabilidade macroeconómica e sustentabilidade fiscal, e não consistente com o discurso do nomeado ou recém-nomeado Governador do Banco Central que, pelos vistos, viveu numa outra realidade, completamente diferente dos cerca dos 200 000 habitantes do País. Se não, as vítimas do Covid e seus familiares sentiram esse crescimento suficiente? Os funcionários da Comunicação Social sentiram esse crescimento suficiente? Que reclamam até hoje pela melhoria do Estatuto de Carreira. Aos que

passaram necessidades, devido ao confinamento, não podiam sair à rua para ganhar o pão de cada e para os seus filhos, sentiram esse crescimento suficiente? Aos que durante esta pandemia lhes foi negado a assistência necessária para tratamento da Covid-19, sentiram este crescimento em si e as suas famílias? Aos milhares dos são-tomenses que perderam os seus empregos, sobretudo, os que ganhavam sustento no Sector do Turismo, sentiram esse crescimento?

Estamos, portanto, a apresentar um documento como este, como se nada tivesse passado. Tal é a irresponsabilidade deste Governo, ou a falta da preparação do mesmo, para lidar com a gestão de fundos do País, ou pior, o mais grave ainda, a pouca preocupação com a prestação de contas, relativamente aos fundos postos à disposição do País, em nome da população.

Aqui faço uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro. Aquando da aprovação final global, em 2019, do Orçamento de 2020, eu estive presente, o Sr. Primeiro-Ministro garantiu vir cá a esta Casa, trimestralmente, para apresentar o balanço, mas não o vimos cá, Sr. Primeiro-Ministro, trimestralmente. Não o vimos! O Sr. Primeiro-Ministro só veio cá em finais de Junho, Julho, para fazer o balanço da questão de saúde e o Orçamento Rectificativo. Mesmo o Orçamento Rectificativo, chegou, fez a apresentação, sentou-se e não falou mais nada!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sempre que foi solicitado esteve aqui...

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Portanto, o que eu quero com isso dizer? Faltou, faltou. O Sr. Primeiro-Ministro entrou em quarentena, não veio para aqui, criou o distanciamento social, o Governo lá, a Assembleia cá. Não veio fazer a prestação de contas, como diz na própria lei, como o Primeiro-Ministro próprio advogou e defendeu.

Portanto, podíamos estar aqui a falar, primeiramente, da falta de transparência. Para não me esquecer, eu gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, com dados concretos, quanto é que o Governo recebeu dos parceiros durante o ano 2020. Com dados concretos, porque aquando da pandemia vieram e disseram que fizeram isso e aquilo. Nós perguntámos, em termos materiais, quanto é que temos? Tendo em conta a nossa realidade, no Sistema de Saúde, quanto é que recebemos, quanto é que falta? Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, nós queremos, da sua parte, dados concretos. Quantos milhões de euros ou de dólares o senhor recebeu? 20, 30, 40, 60? Nós queremos saber! O povo precisa saber! E o que é que foi feito com esse dinheiro? Contudo, o défice de prestação de contas, como eu referia, leva-nos a falar, primeiramente, da ausência de prestação de contas e só depois da falta de transparência e muita inconsistência. A única vez que prestou contas aqui na Assembleia Nacional foi aquando da Covid, e não foi como devia ser.

Portanto, termino esta minha primeira intervenção com essas notas, pedindo a Sua Excelência o Primeiro-Ministro o devido esclarecimento e aguardo de si, porque também tenho elementos para o confrontar com o real valor que o senhor recebeu e que o povo precisa saber, não só quanto recebeu, mas o que é que foi feito com esse dinheiro.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Faço apenas dois reparos. O debate é dirigido pela Mesa e esta passará a palavra a qualquer dos intervenientes, mormente Deputados, Deputadas e membros do Governo. Sendo uma proposta de lei proveniente do Governo, o Governo tem um líder, é o Primeiro-Ministro quem indica os Ministros que entender, para responder às perguntas ou esclarecer qualquer tipo de questões que forem levantadas.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É inovação em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, isto é assim em qualquer país do mundo democrático.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Nada!

O Sr. **Presidente**: — Se houver outro, que diga!

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, a todos, bom dia e bom ano.

Como diz o Deputado Maiquel Espírito Santo, que a paz esteja connosco!

Na qualidade de membro da 2.^a Comissão, nós fizemos um exaustivo trabalho de análise destas propostas e constatámos, a nível da Comissão, aquilo que foi reflectido no parecer. Entretanto, como Deputado, gostaria de fazer algumas perguntas e tecer algumas observações sobre estas propostas.

A primeira observação, da análise que eu faço como Deputado, parece-me que as propostas foram elaboradas já a contar com o desaparecimento ou a eliminação do Covid-19. Internacionalmente, pelas notícias que nós temos, a tendência é que o primeiro trimestre ou o primeiro semestre de 2021, as coisas vão complicar ainda mais. Internamente, não obstante as medidas que têm sido tomadas, no âmbito do estado de calamidade, que sinceramente deixam muito a desejar, não se nota a uniformização dessas medidas. Eu gostaria de apelar ao Governo para realmente encarar a situação do Covid-19 como um problema sério e um problema que preocupa a todos.

Na elaboração das propostas, o que nós vimos, eu falo de acordo com aquilo que está escrito na proposta do Orçamento, o Governo, para 2020, projectou uma recessão na ordem dos 5.8% do PIB. E para 2021, projecta um crescimento de 5% do PIB. Aqui está a minha preocupação. Nós, em 2020, tivemos um ano difícil, tivemos um ano cujos sinais macroeconómicos e os sinais de crescimento foram globais para todo o mundo. E nós, a nível das propostas que nos são apresentadas, indicam-nos que o País vai crescer. Vai crescer para além daquilo que a economia sofreu em 2020, que é de uma recessão de 5.8%, passando para um crescimento positivo de 5%.

Eu gostaria que o Primeiro-Ministro pudesse me dizer, porque aqui nesta proposta de Orçamento não encontro medidas que possam realmente garantir esse crescimento e permitir que os Deputados confiem nesses dados que estão cá, porque a própria proposta de Orçamento, de uma fonte do Ministério das Finanças, diz o seguinte: «Assim, o aumento da resiliência macroeconómica deverá constituir, deste modo, uma das condições *sine qua non* para o objectivo último de crescimento sustentado, inclusivo e de redução da pobreza. Como a concretização desse desiderato passaria pela criação gradual de condições pelo Governo para o aumento do espaço fiscal necessário...», repito, «...para o aumento do espaço fiscal necessário à implementação de políticas orçamentais e monetárias contra as cíclicas, o Governo projectou, para 2021, em conjunto com o sector privado, continuar a fomentar as condições para que o crescimento económico alcance a cifra de 5% contra o valor esperado para 2020 e superior ao alcançado, em 2019, que foi de 1.3%.» Aí está a questão que eu levanto. O estado em que atingiu a nossa economia, em Dezembro de 2020, o estado em que se encontram as empresas, principalmente as empresas ligadas ao turismo, a restauração, os hotéis, como é que vamos garantir um crescimento de 5%, se não existe um plano de recuperação dessas empresas? Porque a pandemia continua, não dá sinais de diminuir o seu avanço. Infelizmente, temos estado a assistir a algum crescimento de alguns dados a nível do País. Portanto, é preciso que a gente tome medidas económicas mais sérias, que possam alavancar essas empresas, como diz o Deputado Felisberto Afonso, «alavancar a nossa economia», por um lado.

Risos gerais.

Por outro lado, eu gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, em termos de apoio a essas empresas, qual é a real situação. Qual é o estado dessas empresas? Porque o aumento que se propõe das receitas é o agravamento dos impostos, ou seja, o aumento dos impostos. Eu pergunto, numa situação dessa, em que as empresas estão totalmente descapitalizadas, como é que se vai buscar impostos a essas empresas, sabendo o estado em que elas se encontram? Eu sei que a maior parte desses impostos foram conseguidos, no ano de 2020, através do aumento do imposto sobre importação, mas a tendência não vai ser a mesma que verificámos no segundo semestre de 2020. Por isso, era bom que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse esclarecer alguns aspectos que foram citados no parecer, como aqueles que eu acabei de citar aqui nesta minha pequena intervenção e deixo outras questões para depois.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos, pelo alerta que faz sobre o contexto pandémico que ainda está na actualidade. No entanto, é necessário que nós próprios, enquanto responsáveis, transmitamos esta preocupação, de forma clara e inequívoca. Mesmo aqui na Sala, alguns de nós não estamos com a máscara. Se tem, está mal colocada. Isso é para o bem da própria pessoa e dos outros companheiros e camaradas que estão ao seu lado.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, para não continuar a ser rotulado de entrar mudo e sair calado, o que não condiz com a minha forma de ser, nem com a minha personalidade, mas enfim... parece que o Líder do Grupo Parlamentar do ADI elegeu a estratégia de provocação. *Sa, sum na ska mendu di modê mu lixi pundá katalu fá...*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Continue!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O resto o senhor sabe.

Risos gerais.

De facto, a força do meu Governo está na equipa. Não temos, nesta equipa, pelo menos não considero, é assim que vejo, nem Messes, nem Messias.

Risos.

Valemos pelo grupo e pelo colectivo, porque nós acreditamos que de facto é a força do grupo e todos nós fazemos parte de um todo.

Relativamente à prestação de contas, desde a primeira hora, e não quero comparar-me com ninguém e com nenhum governo, predispos-me, sempre que fosse chamado, a vir à Assembleia e não me lembro de ter sido chamado e ter-me furtado a esse chamamento. Portanto, sempre que me chamarem estarei aqui, não tenho nada a perder.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Séla nom na zuga budu, kondê dédu fá.

Na primeira década deste terceiro milénio, tivemos de facto um crescimento à volta de 4, 5%, mas nesta última década, de 2010 a 2020, estamos num contraciclo, e a governação do ADI sabe, porque em 10 anos, governou 6.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — *Ká fad' iné.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, sabe o que aconteceu em 2019 e espelhei aqui, no relatório e balanço que fiz, em 2020, a pandemia. Não há milagres para uma economia na nossa situação.

Vou pedir ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, para detalhar os dados, até porque ele é ministro sectorial, específico, para trabalhar em matérias específicas. É por isso que os outros ministros estão aqui. Não tenho o dom de saber tudo, infelizmente, tenho as minhas limitações, como qualquer ser humano, como qualquer governante.

Estão aqui os ministros de outras áreas, sempre que houver detalhes, chamarei esses ministros e estes chamarão os directores, os quadros de decisão intermédia, para terem informações. Isto é um todo. A governação não é uma pessoa. Isso só existe em regimes autoritários e autocráticos.

Vou pedir ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, para me poder detalhar alguns dados e estou disponível, sempre que possível, para aparecer e complementar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Vou responder às perguntas numéricas, para eu e o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira falarmos com números, só que muitas pessoas que falam de números comigo não trabalham esses números, recebem para falar.

Primeiro, gostaria de responder ao comentário que foi feito pela 2.^a Comissão Especializada Permanente, relativamente a um orçamento em que as despesas correntes são superiores às despesas de investimento. Acho que este nosso orçamento é que está a aproximar a realidade. O País, em 2017, teve um orçamento em que a despesa de funcionamento era de 1.423, escutem, executou-se 1.404. A despesa de investimento, em 1.558, um bom ano, executou-se 1.200. Realmente, a execução da despesa de funcionamento é superior à despesa de investimento, quer dizer que o orçamento não estava a aproximar-se da realidade.

Vamos mais longe. Em 2018, estou a falar com base nas informações da Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE), porque eu não estive no Governo. Em 2018, a estimativa do orçamento de despesa de funcionamento era 1.511, realizou-se 1.473, bom. Mas a despesa de investimento era 1.650 e realizou-se 785. Sabemos que despesas de investimento dependem do apoio externo. Então, fizemos um orçamento a aproximar da realidade.

Em 2019, o efeito foi o mesmo, projectamos 1.539, despesas de funcionamento, realizamos 1.742, tivemos mais receitas, é verdade, mas o investimento foi de 1.400 e realizamos 463. Vejam, no fundo, para elaborarmos um orçamento, tendo em conta os históricos, serviriam para as estimativas. Como toda a gente só vê que despesas de investimento têm que ser superior a despesas de funcionamento, porque é o tradicional, mas quando se vai para a execução, não tem nada a ver, porque as nossas despesas de investimento sabemos de onde vêm, mas por duas agravantes. Ouvi aqui dizer qual a nossa precaução com as empresas do turismo, está no nosso orçamento, «apoio ao sector do turismo» e outros sectores que forem afectados. É só verem no mapa de investimento do Ministério do Trabalho, está lá claro. E demos um tratamento especial, para além das despesas que estão na rubrica de saúde, nos Encargos Gerais do Estado, também está lá «apoio à Covid-19». Por quê? Porque não sabemos o que pode acontecer. Só fiz este reparo relativamente ao orçamento em que despesas correntes de funcionamento é superior a

despesas de investimento, e rezemos para que a gente consiga executar as despesas de investimento constantes no orçamento.

Quando chega o momento de fazer a comparação entre o orçamentado e o realizado, vamos ver o gap. E o gap que existir deve servir como indicador para a futura elaboração do Orçamento. Isso é uma questão lógica e é assim que deve ser feito.

Eu queria dar os números que o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira pediu, relativamente à entrada de receitas. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, não temos nada a esconder e temos todos os valores que recebemos este ano, até o último que caiu no dia 30 de Dezembro.

Gostaria de dizer o que FMI deu, está aí claro, posso dar uma cópia ao Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para ver o total que recebemos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O povo precisa saber.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Dou à vontade, está aí.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O povo.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Está bem, vou ler.

Antes disso, estimávamos, no Orçamento Geral do Estado de 2020, arrecadar nas receitas correntes 1.530. Quando fomos ao Orçamento Rectificativo, porque estávamos na expectativa de que a coisa não seria tão boa, estimámos 1.319, mas porque já chegamos ao fim do ano, estamos a compilar os últimos 3 meses, os dados provisórios que temos é de 1.573, receitas correntes. Esses dados, como disseram os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira e Arlindo Ramos, têm fontes nas Finanças e conseguem obter esses dados, porque estão na TOFE, e mais, só disso, temos que fazer uma leitura. Se em 2017 consegui arrecadar 1.179, se em 2018 consegui 1.336, em 2019 consegui 1.468 e em 2020 consigo 1.573, temos que fazer a análise. Essa análise cada um faz, não custa nada.

Sr. Primeiro-Ministro, no ano de 2020, estou a dar algumas informações para entrar no ano de 2019, que em despesas de investimento correntes gastamos 100 milhões de dobras e despesas de investimentos com as dívidas que vieram até 2018, tudo acumulado, em 2019, gastamos 276 milhões de dobras. As despesas que têm a ver com 2020 e 2019, gastamos 448 milhões de dobras. Estou a falar de despesas de investimento. Pagando também a dívida que vem até 2018, gastamos 371 milhões de dobras, ou seja, em euro, o que este Governo gastou, de dívidas correntes executadas por si, são 22 milhões, trezentos e tal mil euros, e o que pagou da dívida contraída até 2018 são 26 milhões de euros. Como têm pessoas nas Finanças conseguem obter esses dados facilmente.

Esse pagamento que fizemos foi fundamentalmente às empresas nacionais, como forma de elas se alavancarem. Se utilizaram para outro fim, quem andou a contrair dívidas, que explique. Pagamos a Mota-Engil, pagamos todas as empresas que tinham o contrato atrasado, e pagamos as dívidas...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quantas?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Várias.

Sr. Deputado, como tem canal nas Finanças, consegue obter a lista.

O que quero dizer com isso? Quero dizer efectivamente que os pagamentos foram feitos e nós recebemos efectivamente os recursos. E fizemos um orçamento na estimativa de 5% de crescimento, porque em todas as nossas negociações com o FMI dissemos que era impossível termos um decréscimo. Por isso, se notarem, a primeira projecção que fizeram era de 6.5% por 3% de crêscimo, mudaram de novo para baixo. Estávamos a provar ao FMI que todos os indicadores que temos estão a dar sinais diferentes. Todos, o investimento público, exportações líquidas, também são dados que as Finanças têm, pode ser público. Quem for lá ver agora, de acordo com as informações de Dezembro, verá que as nossas exportações líquidas continuam negativas, mas menos do que o ano passado, do que 2018, porque tivemos um crescimento de exportações, através de oleaginosa, e claro o preço do combustível caiu, a importação também reduziu e o rácio melhorou. Também é um dos indicadores. Por isso, tivemos muita cautela. A nossa taxa de inflação vai justificar que houve efectivamente mais procura, porque ela cresceu relativamente ao ano 2019. Mas essa discussão era desde Julho e Agosto. Todos os nossos indicadores davam esse sinal.

Tivemos receitas internas superiores àquilo que estávamos a prever, por essa razão, ao invés de estarmos a falar politicamente, estou à espera para responder, ponto por ponto, aquilo que for colocado.

Falou-se de deficiência nos mapas, quero que me digam onde, para eu poder pronunciar. Estou à espera que coloquem as questões pontuais, técnicas com números, para falarmos.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, eu não trouxe nenhuma estratégia de provocação. O Sr. Primeiro-Ministro entendeu assim. Provocação, nesta questão de debate, se calhar é quando estamos lá na Academia e não estamos. Os adágios só têm uma boa interpretação, quando são ditos na sua totalidade, mas em África temos que aprender com os mais velhos, também não vou dizer na sua totalidade. Sr. Primeiro-Ministro, diz São Tomé: *Xi bô na mendu modêmu lixi punda katalu fá*,... o Sr. Primeiro-Ministro sabe o resto.

Risos gerais.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que não foi convidado, mas há uma lei. Sr. Primeiro-Ministro, vá ver o discurso que fez em Dezembro de 2019, quando foi a votação final global do Orçamento Geral do Estado de 2020. Não sei se tem em mãos a Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado de 2020, o artigo 17.º, que neste Orçamento Geral do Estado de 2021 está *ipsis verbis* no artigo 18.º.

No artigo 18.º desta proposta de lei, que está no artigo 17.º do Orçamento Geral do Estado de 2020, diz o seguinte: «Informação periódica. Fica o Governo obrigado a prestar informações trimestrais à Assembleia Nacional sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, em obediência ao artigo 36.º da Lei SAFE.» Isto aqui é português, o Governo é obrigado, com ou sem pedido dos Deputados. O Sr. Primeiro-Ministro fez isso? Então, não pode dizer que não foi chamado, por isso não apresentou o balanço ou a execução trimestral. É uma falha sua, desculpe, uma falha de Vossa Excelência.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, estamos aqui para falar para o povo, que não tem acesso a esses documentos e aos números, que não tem acesso aos pareceres. Certamente, um taxista, que está lá a exercer a sua função, não tem esse documento e quer ouvir. Eu disse para o desafiar com números, coisas concretas. Então, quero que me responda concretamente. Não quero que me apresente a lista, quero que leia a lista aqui. Quem nos segue através da televisão, da rádio e da internet quer ouvir a lista que quer me apresentar, quanto recebeu do FMI, do BAD, do FIDA, etc., etc., total recebeu x. Isso é que é discussão do Orçamento Geral do Estado.

Quando diz que recebemos isso, tenho a lista e posso oferecer, não. Ofereceu a lista, isso é político, assim está a fazer política. Para ser técnico, diga que recebemos do BAD x, perfazendo um total de... É isto, Sr. Ministro.

Outra questão, estou a falar de números, coisas concretas. Se o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul diz que apoiou as empresas, o povo precisa saber quantas empresas. Não vir dizer aqui «várias empresas». Isso não, isto é política. Estamos na discussão do Orçamento, tem que ser coisas concretas. Por isso, o meu desafio ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul é que venha agora dizer-nos agora quantas foram as empresas que os senhores apoiaram. 5, 10, 15? E por sector. Por quê? Só na base de uma descrição daquilo que fizemos é que temos o suporte para discutir ou perspectivar o que vamos fazer. Se as empresas têm dificuldades, como podemos propor? Ou se algumas empresas, como o senhor disse, já foram liquidadas, já estão satisfeitas, os Deputados não sabem quantas. Podem ter a intenção de dizer não, o que o senhor apresentou não tem cabimento.

Por isso, nós queremos saber quantas empresas, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Esta é uma pergunta lógica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar do ADI, nós temos que esclarecer o seguinte: o que a Mesa efectivamente recebeu do Governo, as informações trimestrais da execução orçamental, e não pode ficar sem esclarecer, de acordo com a leitura que fez do artigo 17.º da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2020, foi cumprido. Nós recebemos e distribuímos. Foram baixadas à Comissão competente para análise e fins convenientes. Estou a falar que a Mesa recebeu e baixou às comissões competentes, e aqui estão presentes membros destas comissões.

Murmúrios.

É preciso não dizer que as pessoas estão a faltar com a verdade, quando esta Comissão tem membros do ADI que acompanham.

Agora, quanto ao que esta a dizer sobre o Sr. Primeiro-Ministro vir à Assembleia, e disse bem, o Sr. Primeiro-Ministro está disponível. Quem tem que promover são os Deputados. É claro, é o que está no Regimento.

Vozes: — Oh!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Está a fazer advocacia!

O Sr. **Presidente**: — Não estou a fazer advocacia de nada. Estou a explicar...

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Deixe o Governo responder!

Murmúrios do ADI.

Eu estou mais calmo. Estou à espera que vocês deixem de estar exaltados.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Não, não! Deixe o Governo responder!

O Sr. **Presidente**: — O Governo não pode responder o que é da nossa responsabilidade.

É da nossa responsabilidade, não podemos transferir para o Governo. Se nós recebemos essas informações, foram baixadas à Comissões competentes para análise e fins convenientes, e a Mesa fica calada a ouvir que o Governo não cumpriu?! Não pode dar informações, porque o Governo é que deve responder? Não! Não faço isso por uma questão de honestidade intelectual. Isto não faço!

Portanto, o Governo cumpriu o que está na Lei do Orçamento Geral do Estado e o que está na Lei do SAFE.

Quanto à presença do Governo na Assembleia para prestar informações, cabe aos Deputados, grupos parlamentares, inclusive ao Presidente. Está também no Regimento, promover este debate.

Portanto, eu só estou a esclarecer a verdade.

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Interpelação à Mesa, artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Então, diga qual é o desvio. Leia o artigo 99.º.

Não lhe vou dar a palavra, se não disser onde a Mesa falhou. Agora só passo a palavra para este artigo, quando pronunciarem no local qual é a falha da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, se não me der a palavra, como é que eu me explico?

O Sr. **Presidente**: — Não. Explique lá, eu dou-lhe a palavra.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Ponto 2.

O Sr. **Presidente**: — O que diz?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Eu posso ir?

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Diga, eu lhe dou a palavra.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Leia!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — «Artigo 99.º. Invocação do Regimento e perguntas à Mesa.

(...)

2. Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.»

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Faça o mesmo com o ponto 1. O senhor não pode ir para o ponto 2, sem falar do ponto 1. Leia o ponto 1, para ser honesto.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu não sou obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Leia o ponto 1, para ser honesto. Não lhe dou a palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É uma ditadura!

O Sr. **Presidente**: — Assumo!

Murmúrios.

Eu vou ler o ponto 1: «O Deputado que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.» Indicou? O senhor está a mentir. Devia ler o ponto 1.

Murmúrios.

Sr. Primeiro-Ministro, foi feita alguma pergunta que queira responder?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não?

O Sr. **Presidente**: — Mais inscrições?

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros que o acompanham, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu venho aqui para esclarecer um assunto, mas com um sentimento também de tristeza e profunda mágoa, pela forma como muitos Deputados estão a comportar aqui...

Vozes do ADI: — Oh, não!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Aqui é de hábito haver brincadeiras, que é normal nesse processo de trabalho, é de hábito haver uma ou outra xinga, mas a coisa já está a passar e o povo está a assistir-nos.

Uma voz: — A voz é do povo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do ADI, Abnildo d'Oliveira, falou que o Primeiro-Ministro não vem, como havia prometido. Sempre que certamente foi convocado, esteve cá e disponibilizou-se em estar quando possível.

Também quanto aos relatórios de execução, o último foi enviado à 2.^a Comissão Especializada Permanente, no dia 11 de Dezembro de 2020. A 2.^a Comissão tem quatro Deputados que são do Grupo Parlamentar do ADI e lá, muito humildemente, permita-me dizer, trabalhamos, é de lembrar que o Presidente da Comissão é do ADI, trabalhamos com muito respeito e graças a Deus dificilmente apercebe-se de que há oposição ou há poder, porque fazemos o trabalho.

Deixa-me triste saber que, recebendo esses relatórios, tendo consciência da coisa, não se levanta para vir dizer que há relatórios. Os dados têm sido enviados.

Sras. e Srs. Deputados, por favor, atenção!

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Qual é o diário?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — O povo confiou em nós para fazer o melhor, não estar aqui a dar risadas. Há um ou outro que está lá no fundo a ganhar dinheiro do povo e do Estado, só para fazer *bobo*, dar risadas. Homens crescidos, acima dos 40 anos!

Sr. Primeiro-Ministro, decerto que qualquer resposta que trará poderá não convencer a oposição, mas traga sempre que for possível, faça a sua parte, porque *ngwê ku fé ben ká bêlê, ku fé máli sa guadadu*.

E há mais, nós sabemos que não nos podemos prender no que foi o passado trágico, mas às vezes é preciso lembrar, mas não nos vamos prender. Ontem, eu tive uma intervenção aqui, dizendo que é preciso marcamos a viragem, a forma de fazer, pois o ano será novo, só se tivermos novas atitudes. É dessa forma, porque agora é o momento de nós traçarmos ideias, contribuições, para melhorar. Se a saúde está mal, como ontem falamos tanto, onde estão as contribuições para melhorar? Por favor, Sras. e Srs. Deputados, deixem de *bobo*, que não ajuda o País! Eu estou a falar para o geral, por favor!

Há muitos outros aqui que nem tomam a palavra, estão aqui só porque querem aumento, querem isto e aquilo. Hoje isso tem que ser dito assim. Levantem-se para falar! Deputados que vêm só para fazer barulho, só vêm criar problemas e mais nada. Prestem atenção, o povo precisa de melhor!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.
Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, saudações a todos, trago algumas notas prévias.

Porque se deixou aqui transparecer que a televisão suspendeu a transmissão, importa esclarecer que houve um incêndio na zona de Santo António e a equipa da EMAE precisou de isolar, para depois voltar a reestabelecer a energia. Esta é a razão de ter sido suspensa a transmissão.

Também ficou aqui, de forma tendenciosa e maliciosa, que a distribuição do tempo tem qualquer coisa de anormal. Devemos informar e, quando virmos cá, falar com verdade. Nós temos regras claras que definem a distribuição do tempo. A distribuição do tempo não é, se a bancada A ou B quer 10 minutos, tem. Portanto, não devemos estar aqui a dizer coisas menos claras.

Entrando no assunto, hoje eu fico satisfeítíssimo, em ver aqui reconhecido que de facto temos problemas de Covid-19 em São Tomé e Príncipe. A minha mágoa é porque, quando nos convém, dizemos sim, quando não nos convém, dizemos que é uma armação do Governo. Sejam responsáveis e contribuamos!

Ainda bem que temos este Governo no poder, ainda bem que temos este Primeiro-Ministro. Em 2 anos, este Primeiro-Ministro veio para a Assembleia mais vezes do que o primeiro-ministro que esteve 6 anos. Há ou não diferença?

Uma voz do ADI: — Mas quem disse que não tem?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — E mais, se eventualmente entendermos que o Primeiro-Ministro não tem cumprido com as suas funções, temos todos os mecanismos para o obrigar a cumprir. Todos! Se não o fizermos, temos responsabilidades. Se não o fizermos, somos coniventes! Então, não atiremos pedras!

A retoma económica, existe ou não? E não foi preciso esperar o Orçamento para o Governo implementar medidas para ajudar as empresas. Nós não temos dúvidas de que o sector privado é e terá que ser a aposta, é e será a alavanca da nossa economia. Não temos dúvidas! Muito mais ainda no contexto pandémico! Não foi preciso esperar o Orçamento para se lançar a linha de crédito para o sector privado. Está em curso, quem não sabe? Sabemos todos. É ou não é um indicador? É ou não é uma premissa para alavancar a economia? É ou não é uma medida de combate aos efeitos nefastos da pandemia? Claro que é! Devemos dizer e informar os factos como devem ser.

Esta medida do Governo para ajudar a economia ficou muito mais valorizada com uma proposta de lei que ontem aprovámos cá na generalidade. Ontem, aprovámos a proposta de Lei de Garantias Mobiliárias que vem exactamente melhorar o ambiente de negócios, vem melhorar a facilidade e o acesso ao crédito para as empresas.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — *Bôbô! Piá!*

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Este Governo e esta maioria não tem o receio de assumir o que os outros iniciaram! O que é bom, este Governo assume e anda para frente. E nós assumimos, trouxemos para a plenária e foi ontem aprovada na generalidade. Sinal de que nós somos muito diferentes.

Questionar ainda o desenvolvimento, o crescimento económico? Mesmo no contexto da Covid-19, a economia teve sinais claros e positivos.

Uma voz do ADI: — Oh!...

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — A receita, repito, mesmo no contexto de pandemia, cresceu. É ou não um sinal para a economia? Claro que é!

Mesmo no contexto da pandemia, conseguiu-se manter o abastecimento regular e normal do País em combustível. É ou não uma outra premissa para o desenvolvimento económico? É ou não outro sinal claro para a economia? Claro que é!

Mesmo no contexto da Covid, a reserva líquida cresceu consideravelmente. É ou não um sinal para a economia? Claro que é! Mas o que espanta a muitos são outros factos. Muitos têm receio do caminho que este Governo está a seguir. Porque mesmo no contexto da pandemia, este Governo e, conseqüentemente, São Tomé e Príncipe, tem beneficiado da confiança dos nossos parceiros, o que em passado recente era um bico-de-obra. Estando este Governo a beneficiar da confiança dos nossos parceiros, não agrada a muita gente, mas, Sr. Primeiro-Ministro, este é o caminho. *Os cães ladram e a caravana passa!* Andar, para frente!

Murmúrios.

Com verdade, com honestidade, com transparência, lá chegaremos!
Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar, mas eu agradeço que modere a linguagem, pois aqui não há cães! Aqui são todos Deputados.

Murmúrios do ADI.

Tem a palavra para repor ...

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu digo todos os dias, repeti aqui ainda há pouco tempo que não temos o receio de assumir o que é bom que os outros fazem. Se falhei, ao falhar, peço desculpa, penitencio-me!

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, pelo pedido de desculpa. Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Como sempre, uma saudação muito especial ao povo de São Tomé e Príncipe.

Eu ando bastante preocupado, porque, ontem, dizia aqui alguém que nós jurámos defender a Constituição e as Leis, e realmente o fizemos, mas quando surge o momento ideal para cada uma e para cada um trazer contribuições concretas, em termos de políticas públicas para sanar os males que foram apontados *n* vezes aqui deste púlpito, pelo menos até ao momento, nós não percebemos nada disto. E faz-me confusão, porque são esses autores que dizem que estão bastante preocupados com a situação do povo são-tomense. Estando efectivamente preocupados, Sras. e Srs. Deputados, o momento é agora, vamos trazer contribuições! Vamos trazer propostas de melhorias, em termos de políticas públicas para o Orçamento!

Anunciar o chumbo do Orçamento é no mínimo uma atitude repudiável, na medida em que sabem todas as Sras. e os Srs. Deputados que o povo de São Tomé e Príncipe precisa gritantemente que o Orçamento seja aprovado, que o Orçamento esteja em execução, para o bem de todos nós que somos são-tomenses. Então, vamos trazer contribuições e deixar de *txi, txi*, como disse o outro.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, há um facto que me marcou e que na verdade fez com que eu viesse aqui. É mais no sentido de destacar um elemento da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. 2 640 famílias amparadas, famílias carenciadas, foram beneficiadas pelo Programa Famílias Vulneráveis. Isto deveria ser enaltecido por todos nós, porque são pessoas que não tinham nenhuma outra forma de subsistência, não tinham nenhuma outra forma de vida, em termos de garantia alimentar para a sua família, e o Governo encontrou um mecanismo para ajudar. Isto deveria ser enaltecido por todos nós Deputados desta Assembleia Nacional. Mas o pessoal não quer ver isso. Só quer ver outro lado da moeda. Não pode ser assim!

E o Governo anunciou que está numa fase bastante avançada de negociação, para que esse número chegue a 15 000. Sr. Primeiro-Ministro, força nesse sentido, que o povo que mais precisa reconhecerá esse feito do Governo. E é assim que se deve fazer, no sentido de trabalhar para o bem-estar daqueles que realmente necessitam.

Parabéns ao Governo por isso!

Eu não sou especialista em números, por isso não vou aqui entrar em muitas questões de números, mas uma coisa que se disse aqui, embora outros colegas Deputados já o tenham feito, eu não posso deixar de citar isto. Esta é a minha segunda legislatura. Meus caros, por favor, não vamos confundir a população, ao ponto de dizer que a prestação trimestral de contas é com a presença do Governo e que é obrigatória! É mentira! O Governo tem a obrigação de mandar os relatórios para a Assembleia Nacional. Mas se nós estivéssemos todos ávidos pela presença do Primeiro-Ministro e a sua equipa aqui, era fazer uma nota, lá em cada grupo parlamentar, requerendo um debate com o Governo. Este é que era o procedimento. E pelo que eu sei, porque a Mesa costuma comunicar com os grupos parlamentares, com toda a frequência, o Grupo do ADI não o fez! Se não o fez, não vem cá dizer que o Primeiro-Ministro fugiu.

Agora, eu, quando era Líder Parlamentar do PCD, requeri o debate com o governo. Foi-me negado. Argumento, o governo não tem tempo, neste momento. Então, meus caros, mãozinha ali na consciência, separar as águas, evitar confundir a cabeça do povo são-tomense!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

Gostaria de informar que às 14 horas encerraremos o debate e continuaremos na Segunda-feira, quer haja tempo, quer não.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações a todos. Desejo um Bom ano, na vida pessoal e a nível das funções de Estado que Vossas Excelências ocupam. Que 2021 seja um ano melhor para todos, em São Tomé e Príncipe e a nível mundial, porque dependemos do exterior. Uma saudação especial ao Ministro do Turismo e Cultura, Aérton Rosário, meu camarada de luta na Região Autónoma do Príncipe, com o desejo de sucessos na sua nova função.

Eu tomei a palavra, porque dei conta de que estava a ficar um pouco triste, estando-se aqui, desde manhã, a debater o Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe e, até esta hora, ninguém se pronunciar sobre o Príncipe. Por isso, pedi a palavra para vir aqui, como sempre, com algumas questões que tocam à Região Autónoma do Príncipe.

Eu começaria esta minha intervenção por felicitar o Governo, por uma iniciativa de um encontro realizado com os membros do Governo Regional, porque isto foi um sinal claro de que o Governo central está aberto para ouvir e colaborar nos processos da Região Autónoma do Príncipe, e isto também, certamente, abre caminho para um melhor entendimento entre os dois poderes, o que irá resumir, no fim, com o consenso no que toca à resolução dos grandes problemas que enfrentam a Região Autónoma do Príncipe.

Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, estamos a tratar do terceiro Orçamento desde que este Governo tomou posse, o nosso Governo, e eu, em duas sessões, não tive intervenções, como costume ter, como habituei o povo do Príncipe, na defesa dos interesses do Príncipe. Eu explico porquê. Algumas pessoas até confundiram, por que é que o Deputado António já não fala, porque é seu Governo. Não, não foi por isso. Eu estava à espera do momento certo para falar. Porque eu também sigo o processo de governação, enquanto Deputado tenho informações. Se não o fiz nos outros dois Orçamentos, é porque entendi o contexto em que o Governo recebeu o País. E não preciso falar de muita coisa mais, foi um contexto muito difícil, onde havia muitos problemas para se resolver, com muita urgência: a situação energética e não só, há muitos outros problemas, e eu entendi que o Governo precisava de mais algum tempo.

Bem, no segundo ano, infelizmente, surge a questão da pandemia. Também, certamente, atrasou tudo. Mas, Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, para este Orçamento, eu vou voltar àquilo a que habituei os meus eleitores no Príncipe, a pressão. Para este Orçamento, eu vou estar, ao longo da sessão, sempre a pressionar, a lembrar ao Governo, porque eu quero mais realizações para o Príncipe, neste ano de 2021. Por que é que eu quero mais realizações? Porque é a única forma que temos, neste momento, para ajudar as pessoas que perderam empregos, que são pais de família. No Príncipe, o maior empregador, se a memória não me falha, é a Empresa HBD. Está praticamente encerrada e há muita gente no desemprego. Aumentou o número de famílias vulneráveis. E, olhando aqui para o orçamento do governo regional, eu chego à conclusão: se houver execução, sobretudo das obras, isto vai permitir que as pessoas consigam ter algum rendimento. Se há obras, o pedreiro vai ganhar dinheiro, o carpinteiro vai ganhar dinheiro, o marceneiro vai ganhar dinheiro, o pintor vai ganhar dinheiro e vai poder ter alguma rentabilidade para o sustento da sua família. E, por isso é que vou estar a pressionar o Governo, para que este Orçamento que foi atribuído ao Príncipe, para que a sua execução seja numa percentagem boa.

Eu aqui destaco duas situações, tendo em conta o contexto em que nós vivemos da pandemia, eu já tinha falado disso, a questão do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça. Eu espero que desta vez seja resolvida. Eu espero que essa questão seja resolvida e que neste lugar onde aparece, em todos os orçamentos, ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, fique um espaço aberto, para entrar um outro projecto para o próximo ano. De igual modo, a rubrica que está cá para a electrificação da comunidade de San Joaquim, que é a zona mais pobre da Região Autónoma do Príncipe, infelizmente.

São apenas alguns exemplos.

Uma voz do ADI: — É especialidade!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não estou a entrar na especialidade. Já ouvi lá reclamações, mas não estou a entrar na especialidade. Apenas para dar alguns exemplos de algumas realizações que eu gostaria que fossem feitas na Região Autónoma do Príncipe, sobretudo, pedir ao Governo, é verdade que tem também São Tomé todo para governar, cheio de problemas, mas gostaria de pedir ao Governo encarecidamente que, para este ano de 2021, consiga fazer aquilo que se diz «dividir o mal pelas aldeias». Nesse período de crise, notou-se perfeitamente o esforço do Governo e houve muitas realizações aqui em São Tomé. Também houve no Príncipe, mas eu considero que o mal não foi dividido pelas aldeias. Se fossemos ver em termos percentuais as realizações que se conseguiu fazer aqui em São Tomé, nesses 2 anos, mesmo com as dificuldades, o Príncipe teria tido mais. É isso, eu quero mais para o Príncipe.

Por hoje, vou terminar por aqui, mas deixando a promessa de que, para este ano... Agora tenho o meu ex-colega de bancada noutra posição, o Ministro Aérton Rosário, que também conhece a nossa realidade e

em conjunto vamos fazer uma pressão para que haja, de facto, mais realizações e uma boa execução do orçamento da Região Autónoma do Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, agora mais calmo, com os dados consideravelmente mais precisos, aqui eu tenho em mãos relatórios de execução de dois trimestres: Janeiro, Fevereiro Março, Abril Maio e Junho. Estão cá e foram também enviados à 2.ª Comissão. Aqui eu tenho do terceiro: Julho, Agosto, Setembro. Entretanto, fica a faltar o relatório de execução de Outubro, Novembro e Dezembro. Então, nós vamos para o nosso Regimento, para os que não conseguem manusear com facilidade, na página 208, artigo 36.º, onde fala de informação periódica. Por favor, eu gostaria que as Sras. e os Srs. Deputados abrissem. Sr. Presidente, com certeza, conseguiu. Vamos ler: «O Governo presta informação trimestralmente sobre a execução do Orçamento Geral do Estado à Assembleia Nacional 30 dias depois de vencido o trimestre». O que significa que este é o mês em que deve dar entrada o último relatório. Assim sendo, hoje é o dia 8, ainda faltam, com certeza, sensivelmente 22 dias. Então, todos os relatórios estão cá, o que significa que estamos a cumprir com os prazos. Parabéns ao Governo e, com certeza, o povo agradece!

É desta forma que eu quero deixar cá esses dois relatórios, para que o Líder do Grupo Parlamentar do ADI possa vir receber e fazer juízo sobre os mesmos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos Parlamentares e da Comunicação Social, povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Hoje, eu não quis tomar a palavra, porque me levantei indisposto, mas não posso deixar de felicitar este Governo. Eu gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que hoje, com a discussão do Orçamento Geral do Estado, é um dia muito importante para o povo de São Tomé e Príncipe. Aqui não pode ser o refúgio para cada um fazer a sua campanha.

A situação que hoje temos no País, com a Covid-19, se somos humanos, temos que chamar a Deus para todo o povo de São Tomé e Príncipe. Isto não está fácil para ninguém.

Sr. Presidente, sinto-me um bocado doente, mas estou a fazer um sacrifício para estar cá. Eu li as Grandes Opções do Plano e encontrei nele um sinal de desenvolvimento.

Risos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Uma voz do ADI: — Isso é teatro.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Há um sinal de desenvolvimento. Gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro para continuar com a sua esperança, com o seu dinamismo. O senhor é homem de Deus. Eu conheço a característica da pessoa, não é só o senhor, esse elenco. São os homens e mulheres que querem que este país dê um passo.

Gostaria de dizer ao senhor que eu me sinto satisfeito com o País. Estou a dormir bem!

Risos gerais.

Estou a dormir bem! O Sr. Ministro Oscarito disse, quando tomou posse, que ele vai desmantelar o golpe de Estado! De facto, a gente não tem chatice durante 2 anos, o povo de São Tomé e Príncipe está a dormir bem.

Eu quero ver o meu país em paz, mesmo a comer fruta com coco. Eu quero paz para todo o são-tomense.

Sr. Primeiro-Ministro, eu quero felicitá-lo por toda a diligência que está a dar, todo o projecto que tem em carteira e a continuidade que está a promover neste país, está a quase 90%.

O Sr. Primeiro-Ministro é homem de cabeça e este Governo não é uma brincadeira. Dou a vida por este Governo...

Risos.

...até o último ponto.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Sras. Ministras e Srs. Ministros, não hesitem, porque quando um governo está num bom caminho, em São Tomé e Príncipe, é muito chato. As pessoas não querem que este país desenvolva.

Felicito o Governo por tudo o que está a fazer: diminuí o preço de bilhetes de Identidade, de passaportes e de muitas coisas.

Os meus colegas também querem intervir, não tenho tempo, mas tenho muito que falar.

O Sr. Primeiro-Ministro não está de brincadeira, está a fazer avançar este país e os parceiros estão a apostar nele, porque é homem sério!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Primeiro-Ministro já depositou em algum país? Já desviou? O Sr. Primeiro-Ministro tem a sua característica clara e é por isso que essa nova maioria vai dar-lhe garantias, para fazermos o trabalho em 4 anos. Depois dos 4 anos, o povo vai fazer a prova dos nove. O povo é quem decide.

Sr. Presidente Delfim Neves, mantenha a sua posição! Temos que trabalhar para este país.

Sr. Ministro, resolva o problema de empréstimos, organize isso, porque muitas pessoas desbravaram e querem trabalhar! O empresariado são-tomense, cada dia que passa, tende a desaparecer! Por isso é que nós queremos que segure essa situação. Os empresários estão muito mal! O senhor não pode ser o maior empregador! Eu quero que o senhor resolva o problema da classe privada, para gente possa diminuir o desemprego.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, apenas para fazermos uma reflexão, porque todos nós costumamos dizer e as estatísticas provam que o nosso país é maioritariamente jovem, em termos da população. Sabemos que, neste momento, para a juventude, as necessidades são todas para já. Então, há necessidade de o País possuir fontes de recursos. Temos ainda uma grande dependência em relação ao apoio externo, ajuda externa, mas também é verdade que, consultando alguns documentos do Governo, deu para perceber, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, que há um certo aumento em termos de arrecadação de receitas ao nível interno.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, desculpe endereçar directamente a si, é para nos falar, ou seja, explicar-nos um pouco qual foi a engenhoca, o que é que aconteceu, que permitiu ao Governo melhorar, aceitavelmente, a arrecadação ao nível interno. Queremos que seja mais, mais e mais. Essa é a primeira preocupação. Uma coisa é facto, e o povo precisa saber. Por mais que queiramos, na senda daquilo que disse o Deputado Felisberto, se nós não tivermos um sector privado forte, para que pague devida e pontualmente os impostos, o País não conseguirá, de forma alguma, dar passos. É preciso, e aí no sentido de desafiar o Governo, que se busque mecanismo para aumentar cada vez mais a arrecadação fiscal, a arrecadação por parte das empresas, por parte do sector privado, para que o Governo tenha condições também de dar passos.

Uma questão importantíssima, e eu registei, foram qualquer coisa como 1200 professores que entraram no sistema educativo, este ano. Isto representa, de alguma forma, primeiro, uma fonte de renda para aqueles que não possuíam, esses novos professores, isto é um ganho, mas representa, por outro lado, uma determinada pressão ao Orçamento Geral do Estado, porque se tem que encontrar uma forma para poder cobrir. Daí que, se não encontrarmos, nós o Governo, mecanismos para aumentar a receita, todo esse esforço poderá ir por água abaixo. Daí que, Sr. Ministro, eu gostava que Vossa Excelência nos explicasse o que tem feito, como é que tem feito, para aumentar o nível de arrecadação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. membros do Governo, Caras e Caros Deputados, boa tarde. Desejo a todos Feliz Ano Novo, em todas as esferas: económica, política e social, porque a OMS classificou que uma saúde completa necessita de satisfação nesses sectores.

Eu tomo a palavra para dizer que é triste, porque quando recebi o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2021, fiz publicidade. Como é hábito apresentar-se o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano em directo, preparei, ou seja, fiz apelo às pessoas do Distrito de Caué para que pudessem acompanhar, através da comunicação social, mas infelizmente fomos informados de que a energia, antes das 6 horas, já tinha apagado. No caso da Televisão, há 2 dias que a TVS não se fazia sentir

no Distrito de Caué, principalmente na zona de Angolares. Porto Alegre tem reclamado há vários meses, até hoje continua com essa situação.

É para dizer que, em pleno século XXI e com tantas mudanças, com tantos projectos e propostas de melhorias, o povo de Caué ainda se sente inferior, em termos de informação. É muita pena, porque quanto mais nós lutarmos para sairmos da situação em que estamos, dá impressão de que vamos retrocedendo cada vez mais.

A segunda questão que eu trago é que eu li o relatório das Comissões Permanentes da Assembleia Nacional e também vi o balanço do Ano Económico 2020. Nesses relatórios que as Comissões apresentaram, mesmo não fazendo parte das Comissões Especializadas, nós vimos que algumas cifras foram feitas. A esse propósito, gostaria de apelar aos meus colegas, tanto do Grupo Parlamentar do ADI como do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e da Coligação PCD/MDFM-UDD, que juntos pudéssemos fazer um apelo aos nossos dirigentes, em caso do balanço de execução do ano anterior, que o fizessem por distritos. Eu gostaria, como Deputada do Círculo Eleitoral de Caué, de saber quanto é que foi colocado à disposição, ou seja, o que foi alocado para a implementação dos projectos que a Câmara Distrital de Caué vem apresentando ao longo dos anos. Principalmente porque já estamos a caminho do terceiro ano do mandato da Câmara Distrital e também do Governo em execução.

O apelo que eu faço é que os orçamentos estejam descentralizados, porque vimos no relatório as dívidas que o País tem. Eu gostaria de saber quantas dívidas que o povo do Distrito de Caué fez nesses 2 anos. Porque o que São Tomé e Príncipe deixa transparecer, ao longo desses anos, há 45 anos da independência, quando se faz o balanço, no total, pega-se toda gente e mete-se no mesmo saco. Quando se vai fazer a distribuição, vai-se ver o que é que cada distrito recebeu, não tem nada. Há distrito que não recebe nada. Só fica no papel.

Então, o apelo que trago é que o balanço do ano anterior seja decifrado por cada distrito, para se saber quanto é que foi atribuído a cada distrito e o que faltou para ser executado.

É essa preocupação que eu trago e gostaria de pedir outra vez ao Secretário de Estado para a Comunicação Social, que no Orçamento Geral do Estado do ano passado tranquilizou-nos que já haveria projectos e propostas de melhorias, estando agora, o povo de Caué não tem acompanhado, nem toda gente tem telemóvel digital. A Assembleia tem estado a prestar serviços a nível de publicidade, nacional e internacional, mas nem toda gente, dentro do País, tem esse acesso.

A última coisa que me traz aqui é que acompanhei, ontem, a intervenção de um dos deputados do Príncipe, que falou sobre o valor da passagem da ilha de São Tomé para o Príncipe, que a cada dia que passa vem aumentando. Então, há necessidade de o nosso país rever como é possível nós pagarmos a passagem para dentro do nosso território, num valor que fica muito mais em conta viajar para Angola, ou de São Tomé para Cabo Verde. Marcou-me esse apelo do Deputado da Região Autónoma do Príncipe, em termos de passagem, tanto de avião como de barco. Poderia haver um estudo, já que também foi feito alguma diminuição em alguns serviços, no caso de bilhete de identidade e passaporte, que pudessem fazer o mesmo. Eu até nem gostaria que essas diminuições fossem no valor de 200, 60 ou 30 dobras. Que fosse algo que todos nós pudéssemos pagar, porque toda gente tem vontade. Eu tenho vontade de viajar para o Príncipe, mas por causa do valor eu digo que é melhor ficar aqui mesmo, porque não tenho dinheiro suficiente para ir. Não falo na qualidade de Deputada, mas sim de cidadã, porque em termos de deputação as regalias não são mesmas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros. Mas, antes, a Sra. Deputada tem a palavra de novo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sim, muito obrigada.

É só para lembrar que, em Novembro...

Uma Voz do ADI: — O que é isto?

O Sr. **Presidente**: — Deixe-a falar. Eu passei-lhe a palavra.

Uma voz: — Ah, bom!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Em Novembro, a Direcção do Ensino Secundário do Distrito de Caué reuniu-se com os pais e encarregados de educação. Naquela reunião, fiz-me presente, tinham deixado um convite. Queriam que eu trouxesse o recado. Gostariam de ter a presença do Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais e da Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior. Pelos vistos, até agora, não foi tida nem achada esta solicitação. As pessoas do Distrito têm estado a perguntar: será que deste o recado mesmo? Dei o recado e volto agora a reforçar. Querem a presença da Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior para ver a situação das crianças. Até pediram que isso fosse feito antes da apresentação do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, mais uma vez obrigado. Serei breve, apenas porque me esqueci, quando estive aqui.

Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais, é uma questão rápida: eu não sei se é prematuro, caso não seja possível eu entenderei, mas fico à espera, porque eu queria perceber alguma coisa em relação à questão de casas sociais. Houve um anúncio do Governo na construção de algumas casas sociais. Queria perceber melhor, em termos de números de casas sociais com que a Região Autónoma do Príncipe poderá ser beneficiada, isto devido à conversa que tive com alguns moradores. Eu sou um Deputado que me disponibilizei e as pessoas me procuram para reclamar e dar recados para trazer, como é a minha obrigação. Estive a falar com algumas pessoas de Ponta do Sol, como sabem, foram vítimas do incêndio naquelas casas comboio, elas queimaram-se todas. Por isso, eu estive a dar uma vista de olhos no Orçamento todo preenchido, não sei se se consegue ali a solução para apoiar essas pessoas, em termos de reconstrução dessas casas. Virei um pouco para a questão de casas sociais, porque essas coisas também têm procedimento. Foi anunciado, mas o Governo tem os seus procedimentos até à conclusão. Por isso, caso o Governo não esteja disponível para dar essa resposta agora, poderá fazê-lo depois. Deixo já a minha ideia, no sentido de que as primeiras casas sociais que forem para o Príncipe, que o Governo veja a possibilidade de atribuir à comunidade de Ponta do Sol, para podermos resolver o problema causado pelo incêndio de que eles foram vítimas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Vaz.

O Sr. **Adilson Vaz** (MLSTP/PSD) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, colegas Deputados, boa tarde.

Eu pedi a palavra pelo seguinte: tendo em conta que a Deputada Beatriz também pediu a nossa colaboração para ver a situação do Distrito de Caué, quando ela falou da energia, porque esta manhã não havia em Angolares, então, eu entrei em contacto também com as pessoas e tomei conhecimento de que não houve esta manhã, porque a EMAE está a fazer manutenção nalgumas zonas do Distrito de Cantagalo, nomeadamente Água-Izé, Nova Linda, essas comunidades. A empresa está a fazer serviços, neste primeiro período, por isso é que não houve energia. A linha é a mesma, que vem de Cantagalo até Caué, por isso houve corte de energia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, a linha é a mesma e continua a ser rede da EMAE, mas eu gostaria de saber se ele está aqui na qualidade de Deputado ou se continua a ser Director da EMAE. Diga-me se você ainda é director da EMAE de Caué.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem este indicar, para responder às questões que foram aqui levantadas.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social.

Murmúrios.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social** (Adelino Lucas): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo, ilustres Deputados: É apenas uma intervenção para esclarecimento, face à preocupação da Deputada Beatriz Azevedo. Portanto, aqui mesmo, confirmei com os serviços, temos os dois canais da TVS a funcionar em pleno. O canal 11, que cobre os maiores distritos, em termos de aglomeração populacional: Água Grande, Mé-Zóchi e afins, e o canal 9, que cobre quase exclusivamente Caué, está no ar, sim. Pode ser que, como referiu à questão de energia, não havendo energia, claro está, poderá haver esse pequeno problema. Há alguém que toma conta do retransmissor que está localizado na Roça Soledade, que é o Sr. Austílio Cosme, acabei de falar com ele, garantiu-me que a emissão está no ar. Portanto, confesso que não sei donde a Sra. Deputada tirou essa informação de que a emissão não está no ar, ao menos que teria despencado alguma antena da residência privada, pessoal, ou qualquer coisa.

Mas já agora, para aproveitar esta oportunidade, dizer que felizmente para o País todo, São Tomé e Príncipe, há condições de garantia de cobertura da Rádio e da Televisão. Eu refiro-me a São Tomé e Príncipe.

Em Caué, há uma particularidade na região mais ao Sul, Malanza, Monte Mário, Porto Alegre. De facto, aí sim, há um problema, porque a partir do momento que se desactivou o Centro Retransmissor do Ilhéu das Rolas, no Moro São Francisco, está-se num processo de transferência para o Moro de Porto Alegre, é um trabalho que está sendo desenvolvido e para este caso concreto nós temos parcerias, quer de

instituições quer de pessoas. Essa parceria está a funcionar. Do estudo que foi feito pela Comunicação Social para a implementação da TDT, o único local, o único mesmo, do País, que vai implicar novos investimentos é, única e exclusivamente, a comunidade de Angra Toldo Cavalete. É o único local, ainda que venha a TDT, lá continuará a ter problemas, porque está mesmo de costas para os centros retransmissores de referência, quer de S. José, quer de Macambrará. Exceptuando Angra Toldo Cavalete, todo o Território Nacional e águas marítimas de São Tomé e Príncipe, terão acesso às nossas emissões de rádio e televisão.

Muito obrigado.

Murmúrios da Sra. Beatriz Azevedo.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem! Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social. Sra. Deputada Beatriz, peço-lhe para ter mais calma!

Protestos da Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de responder à questão levantada pelo Deputado Felisberto Afonso. Neste preciso momento, os bancos comerciais já avaliaram cerca de 15 projectos, nesse pacote de crédito ao sector privado. Havia um problema do Cartório, mas o Conselho de Ministros, eu e a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, já resolvemos. A partir daí, esses projectos já vão receber os seus valores. O financiamento é feito com os bancos. Os bancos já avaliaram esses 15 projectos, os bancos comerciais, e o processo vai começar a funcionar.

Relativamente às receitas que aumentaram, a preocupação do Sr. Líder do Grupo Parlamentar da Coligação, primeiro, para felicitar os funcionários das Alfândegas e da Direcção dos Impostos, sob a coordenação dos seus Directores, porque se empenharam e melhoraram os serviços e aumentaram mesmo as cobranças normais, conseguiram aumentar a base, há mais pessoas para serem cobradas.

Depois tivemos uma receita extraordinária, que tem a ver com o diferencial de preços. Nós não baixamos os preços dos combustíveis e essa diferença, a ENCO, mensalmente, transfere para o Cofre do Estado. E tivemos, comparativamente aos anos anteriores, um *bum* da Rosema, arrecadámos mensalmente, pela diferença, um valor, cobrávamos 700, 900, agora estamos em 3.5, 4, 4.5; com a mesma produção. Então, aumentámos significativamente a receita.

Essas são as três variáveis que melhoraram e esperamos que esse trabalho da Direcção dos Impostos e da Direcção das Alfândegas continue, no sentido de arrecadarmos mais receitas.

O Sr. **Presidente**: — Não temos mais inscritos, ainda temos 13 minutos para encerrarmos os nossos trabalhos de hoje. No entanto, se não houver inscritos, nem necessidade de mais intervenções, podemos encerrar, não havendo qualquer inconveniência.

Pelos vistos, não há qualquer reacção. Sendo assim, vou encerrar o debate previsto para hoje e retomaremos na Segunda-feira, tal como está previsto no Regimento.

Portanto, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 50 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Vila Nova

Esmael da Glória do Espírito Santo

Levy do Espírito Santo **Nazaré**